

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Ticiana Loiola dos Santos**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
“NOSSO CLUBE”: DIFERENCIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA  
NEGRITUDE CASTILHENSE NA SOCIEDADE CULTURAL  
RECREATIVA JOSÉ DO PATROCÍNIO**

Santa Maria, RS

2016

**Ticiana Loiola dos Santos**

**“NOSSO CLUBE”: DIFERENCIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA  
NEGRITUDE CASTILHENSE NA SOCIEDADE CULTURAL  
RECREATIVA JOSÉ DO PATROCÍNIO**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**.

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Mocellin**

Santa Maria, RS, Brasil

2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Loiola dos Santos, Ticiania  
\"Nosso clube\": Diferenciação e valorização da  
negritude castilhense na Sociedade Cultural Recreativa  
José do Patrocínio / Ticiania Loiola dos Santos.- 2016.  
100 p.; 30 cm

Orientadora: Maria Clara Mocellin  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2016

1. Clube social negro I. Mocellin, Maria Clara II.  
Título.

Ticiania Loiola dos Santos

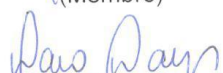
**“NOSSO CLUBE”:** DIFERENCIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA  
NEGRIUDE CASTILHENSE NA SOCIEDADE CULTURAL  
RECREATIVA JOSÉ DO PATROCÍNIO

Trabalho de conclusão apresentado ao  
Curso de Mestrado em Ciências Sociais, da  
Universidade Federal de Santa Maria  
(UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de **Mestre em Ciências  
Sociais**.

Aprovado em 25 de agosto de 2016:

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Clara Mocellin  
(orientadora)

  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Catarina Chitolina Zanini  
(Membro)

  
Prof. Dr. Olavo Ramalho  
Marques

Santa Maria, RS  
2016

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação a todos os negros e negras que, de diversas formas, lutam por visibilidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, Isamar Suzana Loiola dos Santos e Orlando Pereira dos Santos, os quais são os alicerces sobre os quais as minhas conquistas se constroem. Agradeço à minha admirável amiga Fátima de Quadros Reolon, que, desde o momento em que concluí a minha graduação, me incentivou incessantemente para que mais esta etapa da minha trajetória intelectual se concretizasse. Agradeço também à minha amiga Elisabeth da Rosa Elias, por todas as vezes em que disse: “vai dá tudo certo!” e aos demais amigos por todo apoio.

Agradeço aos colegas de trabalho pela compreensão de minhas necessárias ausências durante este percurso.

Agradeço aos colegas de curso, especialmente a Jefferson, Fernanda, Leandro e Samara. Agradeço carinhosamente à minha orientadora Maria Clara Mocelin pelo aprendizado, pela paciência, compreensão e carinho durante esta caminhada. E pelos conselhos que levarei para a vida, com certeza.

Agradeço ao meu avô João Alves dos Santos, um dos primeiros a me motivar a conhecer mais sobre o passado, relatando suas experiências no clube José do Patrocínio.

Não poderia deixar de agradecer àqueles que dão sentido a esta pesquisa: os negros participantes do clube José do Patrocínio que, carinhosamente, abriram as portas do clube e, também, de suas casas, relatando suas vivências e partilhando suas memórias.

## RESUMO

### **“NOSSO CLUBE”: DIFERENCIAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA NEGRITUDE CASTILHENSE NA SOCIEDADE CULTURAL RECREATIVA JOSÉ DO PATROCÍNIO**

AUTORA: Ticiania Loiola dos Santos

ORIENTADORA: Maria Clara Mocellin

Esta dissertação trata de um espaço de sociabilidade do município de Júlio de Castilhos, a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, um clube negro fundado em 1913. A partir do estudo etnográfico e documental, buscou-se entender os diferentes significados atribuídos ao clube ao longo de sua trajetória. Este estudo demonstrou que, por meio da criação do clube, os negros buscavam não somente um espaço de sociabilidade para as suas famílias, mas, sobretudo, buscavam reconhecimento, visibilidade e diferenciação. Nos bailes do passado, em que prevaleciam normas rígidas, como o uso do traje completo e o bom comportamento moral, os negros do clube se diferenciavam e eram reconhecidos pela sociedade castilhense. O estudo também demonstrou que, a partir da década de 1980, o clube redirecionou algumas das suas atividades para a valorização da cultura afro-brasileira e para discussões sobre as relações étnico-raciais. E isso se evidenciou na organização de cursos no clube em parceria com o Instituto Federal Júlio de Castilhos. Essas novas discussões e atividades do clube demonstram certo redirecionamento da sua atuação para um espaço de lazer preocupado com os aspectos políticos, culturais e educacionais. Em meio a essas novas preocupações, permanecem os desejos de reconhecimento, valorização e diferenciação da população negra de Júlio de Castilhos. E o clube mantém e amplia esse papel que assumiu desde a sua fundação.

Palavras –chave: identidade, negros, sociabilidade, visibilidade.

## ABSTRACT

### **‘OUR CLUB’: DIFFERENCES AND APPRECIATION OF BLACK MEMBERS OF THE RECREATIONAL CULTURAL CLUB ‘JOSÉ DO PATROCÍNIO’ IN ‘JÚLIO DE CASTILHOS’ MUNICIPALITY**

AUTHOR: Ticiana Loiola dos Santos

SUPERVISOR: Maria Clara Mocellin

This dissertation is about a space of sociability in the municipality of Julio de Castilhos, the Recreational Cultural Society ‘Jose do Patrocínio’, a black club founded in 1913. From the ethnographic and documentary study, we sought to understand the different meanings attributed to the club over its history. This study demonstrated that, through the creation of the club, its black members aimed not only a social space for their families, but above all, were looking for recognition, visibility and differentiation. The dances of the past, in which strict rules prevailed, such as wearing the full outfits and present good moral behavior, the black people from this club were different and were recognized by the society of Julio de Castilhos. The study also showed that, from the 1980s, the club redirected some of its activities to the appreciation of the african-Brazilian culture and to some discussions on ethnic-racial relations. That was evident in the organization of courses at the club in a partnership with the Federal Institute Julio de Castilhos. These new discussions and club activities demonstrate some redirections of its operations to a leisure area concerned with the political, cultural and educational. Amid these new concerns, the desire for recognition, appreciation and differentiation of the black population of Julio de Castilhos still remains. The club has maintained and extended this role assumed since its foundation.

**Keywords:** identity, black people, sociability, visibility.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>10</b>
<b>APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO EM CAPÍTULOS.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>16</b>
<b>ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....</b>	<b>16</b>
1.1 Memória, identidade, raça e etnia como conceitos fundamentais na construção do objeto de pesquisa.....	16
1.2 A etnografia e suas implicações na pesquisa de campo na Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio.....	28
1.3 O município de Júlio de Castilhos: contextualizando o espaço em que o objeto se situa. .	32
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>37</b>
<b>O CLUBE JOSÉ DO PATROCÍNIO NO PASSADO: ATAS, RELATOS, BAILES E GRUPOS DE DANÇA. ....</b>	<b>37</b>
2.1 Os primeiros tempos por meio das atas e dos relatos orais. ....	47
2.2 Os bailes do passado.....	48
2.3. O grupo de dança tradicionalista. ....	62
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>68</b>
<b>O CLUBE JOSÉ DO PATROCÍNIO HOJE: AS BOATES E FESTAS DANÇANTES OS EVENTOS RELACIONADOS À VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. ....</b>	<b>68</b>
3.1 O clube hoje.....	69
3.2 As boates. ....	73
3.3 O Instituto Federal Farroupilha e a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio.....	75
3.4 O clube ontem e hoje: mudanças e permanências. ....	91
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

### A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A presente dissertação tem como universo de pesquisa a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio. Trata-se de um clube negro do município de Júlio de Castilhos, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul.

O objetivo deste estudo é analisar os diferentes significados atribuídos a esse clube, considerando as diferentes gerações de participantes e as relações étnico-raciais estabelecidas dentro daquele espaço de sociabilidade.

Para contextualizar a história do clube, trabalhei com a memória compartilhada por essas diferentes gerações, frequentei os eventos proporcionados pelo clube e visitei-o durante algumas tardes, em que a secretária e a tesoureira do clube trabalhavam. Durante essas tardes, transcrevi atas e conversei sobre a atuação do clube no município, a fim de ouvir suas falas e conhecer mais sobre o significado que os integrantes do clube atribuem a ele.

A importância do clube se apresenta não só pelo seu aspecto material e histórico, mas também por ser um espaço de sociabilidade, em que transitam brancos e negros, estabelecendo relações sociais. É importante, também, por apontar para o significado da memória para um grupo de negros do município.

É fundamental discorrer sobre como se deu a construção do presente objeto de pesquisa. Para que isso fique bem explicitado, trarei um pouco sobre a minha trajetória como negra e moradora do município de Júlio de Castilhos.

Nasci no município de Júlio de Castilhos; meus pais são sócios do clube José do Patrocínio desde 1978 e, muitas vezes, foram convidados a participar da diretoria do clube, mas nunca aceitaram. Até hoje, apenas frequentam o clube como espaço de lazer e sociabilidade.

Meu avô paterno, João Alves dos Santos, foi fundador de outro clube negro da cidade: o clube Francisco Rosa, fundado na década de 1970 e hoje inativo. A existência desse clube é o que fez com que meus pais não tenham tido tanta familiaridade com o clube José do Patrocínio, pois durante a juventude, não frequentavam este, mas sim, o clube Francisco Rosa,

que foi criado depois do primeiro e que era frequentado por negros de menores condições econômicas.

Segundo meu avô, hoje com 93 anos de idade, no clube José do Patrocínio só poderia entrar quem estivesse usando “traje completo”; logo, apenas os negros que tinham condições de adquirir tal vestimenta frequentavam o clube. Meu avô fora convidado a frequentar o clube junto com seu irmão (Argemiro Alves dos Santos), por Lúcio Paixão Correa, um dos fundadores da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio. Lúcio era vereador e carroceiro na cidade. O associado José Cassiano Marques Mello descreve Lúcio Paixão Correa da seguinte forma:

Foi um poeta. Esse homem é muito bom citar. Hoje tem um reconhecimento, nosso único vereador. Eu conheci o seu Lúcio morava pertinho de casa, e esse seu Lúcio é um cara extraordinário, veio grande, dançarino, uma pessoa que sempre quando lembra-se de José do Patrocínio tem que lembrar de Lúcio Paixão Correa...o negro era medonho, gabaritado, era trovador negro, dois metro de altura, bem preto e era carroceiro, carroça de quatro rodas, ele foi vereador, único vereador negro (José Cassiano Marques Mello, 72 anos, contador).

Meu avô recebeu o convite, sendo questionado sobre os motivos que o levavam a não frequentar o clube José do Patrocínio. Sentiu-se constrangido, pois, não tinha trajes adequados para ir até o clube.

Junto com seu irmão, procurou um alfaiate no centro da cidade, que vendeu um dos trajes mais baratos, trajes na cor branca. Os dois irmãos então passaram a frequentar o clube José do Patrocínio com trajes iguais. Algum tempo depois, meu avô conseguiu mandar fazer um novo traje, dessa vez, azul marinho.

Os dois irmãos trabalhavam na Cooperativa Castilhense de carnes, produtora de charque, que ainda existe até os dias atuais e que foi uma grande geradora de empregos no município. O charque foi um produto de grande importância para a economia gaúcha e uma das atividades produtivas exercidas por muitos negros escravos e ex-escravos.

Foi na cooperativa castilhense que meu avô e seu irmão conheceram Francisco Rosa, negro, natural de Bagé. Havia vindo para o município para trabalhar e pediu a doação do terreno para a cooperativa, construindo, posteriormente, o clube que recebeu o seu nome, um clube menos elitizado do que o clube José do Patrocínio e que não exigia o uso de “traje completo” para seus frequentadores.

Logo após ter sido criado o clube Francisco Rosa, muitos associados do José do Patrocínio começaram a frequentá-lo; no entanto, o contrário não acontecia. Mais tarde o clube José do Patrocínio aboliu o uso do traje. Ambos os clubes eram frequentados por negros, sendo mínima a participação de brancos; no entanto, o clube José do Patrocínio tinha um caráter mais elitizado, enquanto o outro não.

Ao conversar com meu avô sobre o uso do traje completo, percebi que tal vestimenta fazia com que os negros se sentissem em outro patamar social, um patamar mais elevado que o dos demais; por outro lado, não ter condições de adquirir tal vestimenta era motivo de frustração e exclusão. Como nos diz Sansone: “toda vez que a negritude moderna é associada à impossibilidade de cumprir esse ritual pode levar o indivíduo a se sentir racialmente excluído” (Sansone, 2007, p.137). Também sobre as diferenciações entre negros relacionadas à maneira de vestir-se, Sansone (2007) nos diz que:

“... no Brasil, os alforriados ou os escravos fugidos usavam sapatos para se diferenciar dos escravos descalços. No intuito de se diferenciarem de outros escravos, ou de impressionarem ou humilharem seus senhores, os escravos usavam joias, ouro e ternos espalhafatosos. Os escravos que trabalhavam como pescadores exibiam seus veleiros, em suas raras horas de lazer, para demonstrar que não respeitavam a proibição de não possuir nada além de canoas” (SANSONE, 2007, p.102).

Ao ler as palavras de Sansone (2007), percebo que essas diferenciações na maneira de se vestir já datam desde o período do escravismo, vêm imbricadas de significados sociais e econômicos e, muitas vezes, servem para marcar um *status*.

O clube Francisco Rosa passou por um período de decadência ao longo do tempo, não tendo visibilidade dentro do município. É importante destacar que antes da criação do clube José do Patrocínio havia apenas um clube na cidade, o Clube Felix da Cunha, que não era frequentado por negros, mas sim por uma elite branca.

No ano de 2003, fui convidada a participar da diretoria do clube José do Patrocínio, fazendo parte do departamento cultural. Em uma das reuniões da diretoria, a qual tinha como pauta a escolha da rainha infantil do clube, foi sugerido que membros da diretoria fossem até as escolas da cidade e convidassem meninas negras para participar do evento. Ao ouvir essa sugestão, uma das integrantes do clube respondeu: “não podemos colocar qualquer uma para representar nosso clube”.

Os membros do clube dizem que este funciona como espaço de sociabilidade e de integração entre os negros do município, no entanto, pareceu-me que aspectos econômicos são

considerados relevantes para tal participação. No período concomitante a esse fato, eu trabalhava em uma escola da periferia da cidade, em que a maioria dos moradores era negra e de poucos recursos financeiros. Eu tinha contato com crianças negras diariamente e percebia que não havia aceitação de sua negritude e que elas também não mencionavam nada em relação ao clube em suas falas. Ao observar a atuação do clube no município, percebo que existem famílias que participam de forma mais ativa e que se referem ao mesmo de forma familiar.

Essas famílias descendem de fundadores do clube e, de geração em geração, vão participando dele. Quais são os significados atribuídos ao clube pelos seus frequentadores é uma das questões norteadoras da presente pesquisa, assim como examinar as memórias dos seus fundadores e de seus descendentes. Para Halbwachs (1990), as memórias transitam e circulam, tornando-se, assim, significativas para as gerações mais novas. Desse modo, abordei qual o sentido que as gerações atuais estão atribuindo ao clube. Foi necessário considerar as trajetórias individuais dos negros que participam do clube, pois nelas estão as subjetividades que os motivam a estar ali. Penso que se percebem como pertencentes a uma origem comum, devido à história dos afrodescendentes, ou seja, à sua procedência africana e à sua vinda para o Brasil por meio de uma migração forçada.

A fundação do clube José do Patrocínio pode ser vista como uma ação social, pois é dinâmica e permanente, produz e reproduz símbolos para a negritude castilhense. Por isso, foi preciso ver as ações dos negros não só pelo sentido que lhes atribuem, mas também pelo contexto que as propiciou. O clube foi e ainda é, assim, um espaço social estruturado, pois estabelece normas e regras a seus sujeitos.

Os negros de Júlio de Castilhos participantes do clube José do Patrocínio buscaram modificar ou criar um ambiente material e cultural, opondo-se ao domínio social, para serem reconhecidos como sujeitos, interferindo e transformando o espaço social.

Realizei um estudo do clube José do Patrocínio numa perspectiva antropológica, considerando as suas particularidades, buscando saber quem eram os seus participantes, onde moravam, quais os seus vínculos de parentesco, que atividades exerciam e em que outras atividades estavam envolvidos. Buscar os sentidos que os participantes do clube atribuem a ele implicou analisar aspectos da sua vida privada, visto que muitos estão ali por motivos familiares, ao passo que outros estão em busca, unicamente, de um espaço de sociabilidade. Propus-me a observar as interações entre os negros e as deles com os brancos. Busquei

verificar como, por meio dessas interações, se construíam fronteiras e sentimentos de pertencimento e como os negros frequentadores do clube eram identificados pelos outros negros. Para questionar o momento em que ocorreu a fundação do clube, foi preciso entender as vivências e experiências dos negros de Júlio de Castilhos daquele período. De diferentes formas, os negros participantes do clube intervieram em seu meio, em seu espaço e em seu tempo, por meio de práticas que consideravam relevantes para o momento histórico em que viviam. Dessa forma, a criação do clube José do Patrocínio foi uma ação intencional com base nas trajetórias dos negros e naquilo que julgavam relevante para aqueles que se identificam como tendo uma origem comum.

A inexistência de um espaço de sociabilidade para os negros certamente era algo fora de suas vontades, mas os subjetivismos, ou seja, o que sentiam, o que pensavam e acreditavam, tornou importante a criação desse espaço de sociabilidade, no qual poderiam ir além do lazer, mas também escolher o que era importante para a valorização e afirmação da sua imagem.

## **APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO EM CAPÍTULOS**

No primeiro capítulo intitulado “Algumas questões teóricas e metodológicas”, discuto os conceitos que são fundamentais para a compreensão do objeto aqui abordado e suas implicações e formas de manifestação. A memória é tratada em sua historicidade, para que se possa compreender como ela se manifesta no presente. A identidade, como conceito relacional, é abordada observando os elementos que a constituem e como esta se constrói socialmente. Para trabalhar o conceito de etnia, utilizo a definição de grupos étnicos de Barth, considerando as suas fronteiras e sua manutenção como elementos importantes para o entendimento das relações étnico-raciais. O conceito de raça também é considerado chave na presente pesquisa, visto como uma construção social que tem implicações nas relações étnico-raciais. Também no primeiro capítulo, disserto sobre a etnografia e suas implicações na pesquisa de campo realizada na Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio. Aqui apresento as minhas primeiras impressões e percepções do/no campo. Por último, exponho uma breve contextualização do município de Júlio de Castilhos e das atividades produtivas

desenvolvidas pelos negros. Apresento, de forma sucinta, a produção de charque, uma vez que no município existiu, e ainda existe, uma cooperativa de carnes, que fora uma grande produtora de charque e fonte de trabalho e renda para muitos negros do município.

No segundo capítulo intitulado “O clube José do Patrocínio no passado: atas, relatos, bailes e grupos de dança”, são relatados os primeiros tempos do clube por meio das atas e dos relatos orais. Descrevo os bailes do passado, os seus elementos de distinção e o significado desses elementos para os negros. Por meio da organização desses eventos, percebe-se a busca por visibilidade em um contexto excludente. Ao tratar das trajetórias dos sócios do clube, demonstrei algumas situações de racismo vivenciadas por eles e suas implicações, bem como algumas ações motivadas por essas experiências. Também descrevo um grupo de dança tradicionalista do clube, momento em que houve a tentativa de integração desse grupo com alguns Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) da cidade.

O terceiro e último capítulo intitulado “O clube José do Patrocínio hoje: as boates e festas dançantes e os eventos relacionados à valorização da cultura afro-brasileira”, trata do clube hoje, sobretudo das boates e festas dançantes. Observei, nas boates, que havia uma diferença na forma de vestir das mulheres negras sócias do clube em relação às outras mulheres e, assim, pude entender como a aparência opera como fator de distinção. Descrevo também a parceria do clube com o Instituto Federal Farroupilha, uma nova proposta de trabalhar as questões raciais dentro do clube, que acaba por valorar o clube e também as trajetórias individuais de seus membros. Por fim, analiso e interpreto as mudanças e permanências ocorridas nos eventos do clube ao longo do tempo

## CAPÍTULO I

### ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Neste capítulo, trato das questões teóricas e metodológicas da pesquisa. Faço uma discussão sobre os conceitos fundamentais para a construção do meu objeto de pesquisa. Apresento também as minhas primeiras impressões e percepções do/no campo e uma breve contextualização do município de Júlio de Castilhos, no qual o objeto de estudo aqui abordado se situa.

#### **1.1 Memória, identidade, raça e etnia como conceitos fundamentais na construção do objeto de pesquisa.**

Para abordar o clube negro José do Patrocínio e entender as relações étnico-raciais estabelecidas a partir deste, trabalhei com alguns conceitos fundamentais, entre eles, memória, raça, etnia e identidade.

Para termos uma maior compreensão do conceito de memória, fiz uma breve historicização do termo. Segundo Santos, Hermandad Ebrahims foi o pioneiro a abrir o campo de indagações e experimentações sobre memória, ao submetê-la à pesquisa experimental e qualitativa, no final do século XIX. Santos (2003) nos diz que Maurice Halbwachs estabeleceu, no campo da Sociologia, o conceito de memória coletiva, para se referir às determinações da consciência por quadros sociais que a antecederam e tornam a sociedade possível.

A autora diz também que, no início do século XX, a memória era vista pelos filósofos como objeto de reflexão e, por meio, dela procuravam entender o significado da vida humana. Surge uma variedade teórica para definição de memória, que passa então a ser entendida como uma construção social ou até mais do que isso. A partir do final do século XX, a memória é entendida como objeto de análise e vem carregada de pertencimentos.



“as memórias coletivas passam a ser sinônimo de representações coletivas que trazem com elas uma dimensão histórica. A partir da década de 80 observa-se um número crescente de estudos sobre memórias coletivas também entre cientistas políticos....” ( SANTOS, 2003, p.12).

Ao pensar nas representações negras, percebi que estas foram motivadas pela memória coletiva, construídas pelo grupo étnico e transmitidas de geração para geração. Para Benjamim (2007), o que existe é um elo entre passado e presente; ambos estão ligados e não separados um do outro; o que existe é uma continuidade. No entanto, essa continuidade não quer dizer que seja igual ao passado, mas que existem mudanças no decorrer do tempo. Teoria e práxis se encontrariam interligadas na construção das imagens dialéticas, pois essas se associavam ao despertar histórico. Para Benjamim, o passado está ativo no presente, pois um não está dissociado do outro. Não existe completude no passado, mas sim uma continuidade do passado no presente, de modo que o que acontece hoje é uma consequência do ontem.

Relacionando as ideias de Benjamim com o passado e o presente dos negros, poderíamos dizer, então, que a trajetória dos negros participantes do clube, suas vivências e experiências foram marcadas pela discriminação e pela luta contra ela. A escolarização, a criação de espaços de sociabilidades negra e a participação em movimentos sociais são algumas das vivências que marcaram a trajetória de luta desses negros contra a discriminação.

Podemos dizer que não existiu completude nas vivências individuais dos negros participantes do clube, pois estas ainda estão guardadas em sua memória e eles as trazem em suas falas. A sua participação no clube lhes confere determinado *status* social, na medida em que algumas regras e exigências estabelecidas pelo clube os distinguem dos demais negros em Júlio de Castilhos. Ainda hoje, se consideram vítimas de discriminação racial e lutam de diversas formas contra ela. O escravismo não está morto e acabado e tem suas consequências no presente. De acordo com as concepções de Benjamim, as ações negras mudaram em relação ao contexto, no entanto, ainda se fazem presentes com o mesmo intuito de luta e resistência e de busca por igualdade. O escravismo não existe mais, mas a discriminação persiste, sendo esta uma continuidade do passado.

Durante a pesquisa de campo, considerei como a memória se processa nas diferentes gerações, pois se acredita que os pesquisados têm suas ações motivadas pelas trajetórias individuais e coletivas dos negros, trajetórias marcadas por vivências em que eles, muitas vezes, foram vítimas de preconceito e de estigmas negativos historicamente atribuídos a sua

cor de pele. A pesquisa busca o sentido que os pesquisados dão a sua memória e como ela se representa por meio do clube.

Ao consultar as atas do clube, estive trabalhando também com a memória, pois ali estão registrados eventos do passado. Por meio das atas, busquei compreender como eram organizados esses eventos e quais as mudanças ocorridas entre os eventos realizados pelo clube no passado e no presente. Enfim, minha intenção foi compreender o sentido de outrora e o sentido de agora, o que o clube representava no passado e o que o clube representa hoje.

Benjamim (2007) acredita que o passado trazia consequências para o presente. Pensando nas vivências particulares de cada um dos negros participantes do clube, poderia dizer, então, que aquilo que consideram importante, os critérios de seleção e exclusão para se frequentar o clube, são uma forma de resposta aos acontecimentos do passado. As escolhas daquilo que consideravam relevante para o clube está ligada a uma forma de superar estigmas negativos atribuídos a eles pela sociedade. Seria a história vista como um conjunto de temporalidades, como assim foi definida, por Benjamim (2007). De acordo com as experiências discriminatórias vividas por eles, é determinado o que deve ser considerado importante para a sua imagem dentro e fora do clube.

O resgate identitário dos negros e a valorização da memória possuem então um caráter redentor. A criação do clube José do Patrocínio seria parte da memória voluntária, abordada por Benjamim (2007), a qual seria responsável pela reconstrução consciente do passado. Ela se coloca a serviço do intelecto e traz para o presente eventos passados, pela ação intencional, ou seja, quando os negros organizam eventos com o objetivo de abordar algum aspecto da trajetória do negro, o escravismo, por exemplo, desejam trazer para o presente a história do seu passado, intencionalmente. Já a memória involuntária seria aquela em que as experiências do passado surgem sem serem produtos de uma ação intencional; seriam as tradições que se perpetuam.

A criação de espaços de sociabilidade negra poderia então ser vista como uma ação intencional surgida a partir da memória coletiva. É com base nas histórias de vida de cada um dos participantes do clube que eles buscaram a reafirmação de sua identidade. O passado assume papel no presente, e a memória se mostra representada por meio do clube José do Patrocínio, no município de Júlio de Castilhos.

Para Coelho (1997), na obra “Dicionário crítico de política cultural”, a identidade cultural é um sistema de representações das relações entre os indivíduos e os grupos e entre esses e seu território de reprodução e produção, seu meio, seu espaço e seu tempo. O clube negro José do Patrocínio é um espaço social, onde são produzidas representações.

Para Munanga (2003), podemos distinguir três origens da identidade: a identidade legitimadora, a identidade de resistência e a identidade de projeto. A identidade legitimadora seria aquela elaborada pelas instituições dominantes; a de resistência seria produzida pelos atores sociais que são estigmatizados ou se encontram em posição desvalorizada; e por fim, a identidade projeto teria como base o material cultural disponível, com o qual construiriam uma nova identidade. Sendo assim, poderíamos, então, caracterizar a identidade negra como sendo uma identidade de resistência, pois os negros vivem em uma sociedade em que o preconceito racial de marca se faz presente, em que aspectos negativos são atribuídos à pigmentação escura da sua pele. Também podemos perceber a origem da identidade negra na identidade-projeto, uma vez que alguns negros querem fugir dos estigmas que sofreram durante as suas trajetórias individuais, e assim fazendo, reelaboram a sua identidade, não mais do negro escravizado, discriminado, inferiorizado, mas sim, a identidade do negro sujeito, ator que valoriza a sua negritude e busca mecanismos para sua reafirmação.

As identidades estão em constante processo de formação e possuem um conteúdo reflexivo, pois supõem relações sociais. Para Munanga (2003), a identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação, mas resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses. Para o autor, o contexto em que ocorre a formação da identidade negra no Brasil é caracterizado pela história do negro sequestrado, capturado e arrancado de suas raízes. Não houve, no Brasil, um discurso ideológico articulado sobre as identidades branca e amarela, justamente por não terem vivido uma história semelhante a dos negros. Para Munanga (2003), em nenhum momento, a cor da pele clara foi objeto de representações negativas, como ocorreu com a população de pele escura.

“Com o descobrimento do continente no século XV, os povos africanos receberam a identidade coletiva de negros. Nos séculos XVI e XVIII, os teólogos se colocavam a questão de saber se esses negros eram bestas ou seres humanos iguais aos europeus. Questão retomada pelos filósofos iluministas no século XVIII e cuja resposta desembocou numa classificação absurda da diversidade humana em raças superiores e inferiores. Daí a origem do racismo científico ou racialismo que infelizmente interfere até hoje nas relações entre sociedades humanas”(MUNANGA, 2003, p.39).

Munanga (2003) considera que a identidade é, para o indivíduo, a fonte de sentido e de experiência, ou seja, como este se percebe e como pretende ser percebido pelos outros.

A identidade negra não pode ser abordada sem considerar o contexto histórico do negro trazido da África para o Brasil. É na diferença com o outro que a identidade é marcada. A identidade é construída e é preciso saber como ela se constrói, a partir de que elementos e por que. Segundo Munanga:

“A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais” (MUNANGA, 2003, p.39).

Os negros do clube constroem sua identidade a partir daquilo que consideram importante. No passado, por exemplo, o bom comportamento moral, as normas e regras exigidas para se frequentar o clube, como o uso do traje completo, eram práticas que distinguiam os negros frequentadores do clube José do Patrocínio dos demais negros. Atualmente, por meio da parceria com o Instituto Federal Farroupilha, os negros frequentadores do clube José do Patrocínio buscam o combate à desigualdade racial.

Para Barth (2000), o fundamental na definição de grupos étnicos é que constituem um campo de comunicação e de interação, possuem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferencial. Para o autor, ainda hoje, persiste a ideia de que o isolamento social e geográfico foram os elementos que mantiveram a diversidade cultural. No entanto, uma investigação empírica sobre as fronteiras étnicas nos mostra o quanto essa visão é inadequada, pois estas permanecem na interação entre diferentes grupos. As distinções implicam processos de exclusão e de incorporação, que são mantidos mesmo com as mudanças ao longo do tempo.

Quando negros e brancos se encontram dentro do clube, são perceptíveis as diferenças étnicas entre esses dois grupos, que não desaparecem no contato entre eles. Existem sinais e signos próprios da negritude, que constituem as características diacríticas que demarcam as diferenças. Assim sendo, os próprios negros frequentadores do clube José do Patrocínio irão escolher o que será relevante ou não para a sua identificação étnica, e esse processo envolve também o que os outros pensam sobre eles.

A identidade étnica é mediada pela autoatribuição e pela atribuição pelos outros, por isso, é relacional. Quando os negros do clube José do Patrocínio elegem aquilo que irão considerar relevante para se identificarem, quando escolhem os signos, símbolos e valores que consideram importantes para eles dentro do clube, estão formando um grupo étnico. Por exemplo: quando exigem o uso do traje completo, este se torna um sinal diacrítico, símbolo dos negros frequentadores do clube naquele período; no entanto, hoje deixou de ser considerado relevante, ou seja, faz parte das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

É importante destacar que as diferenças étnicas são aquelas que os próprios atores consideram, ou seja, os atores podem destacar ou atenuar aquilo que consideram importante para a demarcação de diferença.

“O conteúdo cultural das dicotomias étnicas parece ser, em termos analíticos, de duas ordens diferentes: sinais e signos manifestos, que constituem as características diacríticas que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade; trata-se frequentemente de características tais como vestimenta, língua, forma das casas ou estilo geral de vida; e orientações valorativas básicas, ou seja, os padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas. Uma vez que pertencer a uma categoria étnica implica ser um certo tipo de pessoa e ter determinada identidade básica, isto também implica reivindicar ser julgado e julgar-se a si mesmo de acordo com os padrões que são relevantes para tal identidade.”(BARTH, 2000,.p.32)

Em relação aos negros participantes do clube, estes podem ter esse sentimento de pertencimento a uma origem comum que os liga e, ao mesmo tempo, os coloca em contraste com os de outra origem. Cabe, então, nesta pesquisa perceber quais são as marcas, ou seja, os sinais diacríticos destacados e atenuados. Cabe, também, observar e analisar esses sinais por meio da pesquisa de campo. É importante ressaltar que esses sinais poderão ser manifestados apenas em algumas atividades do clube. Existe, no clube, um grande campo para descrições etnográficas e comparativas dos diferentes momentos de encontro dos grupos étnicos. Em bailes, almoços e jantares os frequentadores são constituídos de associados e de filhos e netos de associados, já nos finais de semana, em que ocorrem as chamadas boates, ou seja, festas com grupos de pagode, *DJs* e bandas, os frequentadores são jovens da periferia, na maioria, mulheres.

“as distinções entre categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade, contato e informação, mas implicam efetivamente processos de exclusão e de incorporação através dos quais, apesar das mudanças de participação e pertencimento ao longo das histórias de vida individuais, estas distinções são mantidas” (BARTH, 2000, p.26).

Para Barth (2000), o importante são as fronteiras étnicas, ou mais que isso, a sua manutenção, em um ambiente em que existem as trocas entre os diferentes grupos e suas culturas, ressaltando que as diferenças culturais nem sempre condizem com grupos étnicos distintos. Para o autor, as diferenças entre as categorias étnicas são marcadas pela exclusão e incorporação de elementos que a própria categoria determina como importantes para identificar-se e para ser identificada pelos demais; o que tem significado para o grupo e o que não tem.

Para Barth (2000), a distribuição dos grupos étnicos é controlada pela distribuição em nichos específicos que cada grupo explora, se estabelecendo em uma área, caso constituam entre si relações “simbióticas”, ou seja, relações em que se encontram e se beneficiam um do outro, pois, para o autor, a riqueza está no contato entre esses grupos, afinal, nenhum está isolado e independente. Assim, também ocorre, no clube José do Patrocínio, um espaço de sociabilidade, no qual as relações entre brancos e negros são estabelecidas nas interações entre eles.

Poderíamos perceber as diferenças interligadas nos diferentes grupos étnicos existentes no município, por meio da criação do clube, o qual seria um dos elementos incorporados pelos negros e considerado símbolo de seu grupo étnico. As fronteiras existem e as pessoas as atravessam e estabelecem relações umas com as outras, sem que cada grupo perca sua diferenciação, de acordo com o que considera importante.

Quanto aos negros que participam do clube, poderíamos ter como hipótese que estes pretendem mostrar sua pertença a seu grupo étnico em relação aos demais. Para Barth: “...a fronteira étnica canaliza a vida social, ela acarreta de um modo frequente uma organização muito complexa das relações sociais e comportamentais” (Barth, 2000, p. 34). Quando analisei as mudanças ocorridas no clube, os diferentes sentidos que ele recebe das diferentes gerações, também estive analisando como as fronteiras étnicas se mantiveram, a forma como se organizavam no passado e a forma como se organizam hoje.

“Assim a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas a existência de critérios e sinais de identificação, mas também uma estruturação das interações que permita a persistência de diferenças culturais. Considero que característica organizacional que deve ser geral em todas as relações interétnicas é um conjunto sistemático de regras que governam os encontros sociais” (BARTH, 2000, p.35).

O estatuto do clube é um exemplo de conjunto sistemático de regras que comandam ou são a base sobre a qual os eventos serão organizados e as relações estabelecidas.

Para Barth, os grupos étnicos não são unidades portadoras de traços culturais distintos específicos de um grupo, mas categorias adscritivas que organizam a interação social dentro e fora do grupo, e as fronteiras se mantêm nessa inter-relação social. O próprio contexto é propiciador da formação de um grupo étnico; é no vínculo com os outros que se forma um grupo étnico.

Ao abordarmos os grupos étnicos, devemos observar as interações entre eles, as mudanças ocorridas com o passar do tempo e a maneira como vivem no contexto social em que se encontram, não deixando de considerar os fatores culturais e sociais que agem no sentido da criação da diversidade.

O clube José do Patrocínio é um espaço em que diferentes grupos se encontram, e é nesse encontro que percebemos as diferenças que marcam esses grupos. “Nesse sentido organizacional, quando os atores, tendo como finalidade a interação, usam a identidade étnica para se organizar e categorizar os outros passam a formar grupos étnicos” (Barth, 2000, p.32).

O grupo étnico se identifica e é identificado pelos outros pelas características que ele mesmo se atribui, por aquilo que ele considera relevante para sua identificação. E é por meio dessa identificação que ele se diferencia dos outros e, ao mesmo tempo, estabelece relações de troca, sem que haja desaparecimento das peculiaridades de cada grupo, ou seja, as fronteiras étnicas são mantidas e a riqueza está na troca dessas relações. Como nos diz Barth:

“Além disso, a fronteira étnica canaliza a vida social. Ela implica uma organização, na maior parte das vezes bastante complexa, do comportamento e das relações sociais. A identificação de uma outra pessoa como membro de um mesmo grupo étnico implica um compartilhamento de critério de avaliação e de julgamento. Ou seja, é pressuposto que ambos estejam basicamente jogando o mesmo jogo, e isso significa que há entre eles um potencial para diversificação e expansão de suas relações sociais...” (BARTH, 2000, p.34).

Dessa forma, dentro do clube José do Patrocínio, seus integrantes devem seguir as normas e regras estabelecidas, todos devem seguir o que é ditado pelo clube como conduta correta para estar lá. O estatuto do clube determina o que se pode e o que não se pode dentro desse espaço de sociabilidade.

Sobre as relações raciais, Oracy Nogueira (1985) define o preconceito de marca, que prevalece no Brasil e é caracterizado pelas características físicas dos indivíduos. O autor nos

fala sobre os principais problemas de relações inter-raciais ou interétnicas no continente americano:

“Os problemas mais sérios de relações inter-raciais ou interétnicas, no continente, talvez não sejam os que envolvem os descendentes de Europeus e de nativos, porém, os que dizem respeito a descendentes de Europeus e Africanos. Dada a dominância econômica, política e social dos Europeus e seus descendentes, desde os primórdios da colonização da América até os dias correntes e, portanto, o papel decisivo de sua atitude em relação aos demais grupos, como um dos componentes da situação racial de cada sociedade nacional ou regional é justificável, quando se tem em vista uma visão panorâmica do quadro de relações inter-raciais da América; falar em relações entre brancos de um lado, e não brancos de outro, sem perder de vista toda a diversidade de tipos e situações que ambos os designativos tendem a encobrir” (NOGUEIRA,1985,p.67).

Como ocorrem essas relações interétnicas dentro do clube José do Patrocínio? Como são tratados os fenótipos dentro desse espaço de sociabilidade em que transitam brancos e negros? De que forma as marcas de origem, como a cor da pele e o cabelo, são tratadas? Por meio da participação nos eventos do clube, percebi como esses aspectos são mobilizados. Observei que algumas mulheres negras alisam o cabelo e outras não. A preocupação com a vestimenta parece ser maior para as mulheres negras do que para as mulheres brancas. Para as brancas, a preocupação com a vestimenta parece existir, mas procuram vestir-se de acordo com o estilo musical que será tocado. Exemplo: nas boates em que se toca *funk*, as meninas costumam ir vestidas no estilo *funk*.

“Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o tipo que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado, é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função das características de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como, ainda em função da atitude de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que os outros lhe atribuem” (NOGUEIRA,1985, p.80).

Como os negros se identificam e como são identificados dentro do clube? Como se comportam negros e brancos dentro do clube? Para Oracy Nogueira, em “qualquer querela entre um indivíduo de cor e um branco, o público tende a se dividir em dois grupos cujas atitudes e comportamentos são largamente determinados pela filiação racial” (Nogueira,1985, p.83).

A identidade é construída constantemente pelos grupos humanos em seus espaços de vivência e convivência. A fundação dos clubes negros no Brasil é uma das formas de mostrar



sua identidade. A pesquisa buscou compreender de que forma essa identidade, esse sentimento de pertencimento em uma origem comum, se constrói por meio do clube José do Patrocínio.

Outro conceito de suma importância para a pesquisa foi o de raça, para poder identificar como ocorrem as relações étnico-raciais a partir das interações sociais no clube José do Patrocínio. Para tanto, fiz uma breve historização do termo no Brasil, com base nas autoras Schwarcz (2010) e Seyferth (2007). As teorias raciais deterministas entraram em voga no Brasil em finais do século XIX, quando o fim da escravidão já era iminente (Schwarcz, 2010).

“A raça era introduzida assim, a partir dos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos a partir de seu fenótipo, que eliminava a possibilidade de pensar no indivíduo e, no limite, no próprio exercício da cidadania. Com efeito, essas teorias deterministas eram entendidas como teorias de grupo e deslegitimavam qualquer análise pautada no indivíduo isolado. Dessa maneira, frente à promessa de uma igualdade jurídica, a resposta foi a comprovação científica da desigualdade biológica entre homens, ao lado da manutenção peremptória....” (SCHWARCZ, 2010,p.3).

Ao trabalhar os conceitos de raça e etnia, não pude deixar de lado a abordagem sobre a mestiçagem, imbuída neles, uma vez que esta era vista no Brasil como algo para “solucionar o problema”, no caso, “a pele escura”. Como repercussão social dessa visão, ocorreu a indução de muitos miscigenados a não assumirem a sua negritude, em um país onde o preconceito de marca, abordado por Oracy Nogueira (1985), se faz presente. Para Schwarcz, a mestiçagem se associou muito à imagem particular do país e teve duas visões diferentes em diferentes períodos da história brasileira. No final do século XIX, a mestiçagem significava a falência da nação e a mistura de raças era vista como algo que causava a degeneração. Já com a proximidade do fim do escravismo, a questão racial passou a ser colocada em pauta. Como nos diz Seyferth:

“Em 1850, a lei de terras abriu espaço para a colonização estrangeira e a lei Eusébio de Queirós proibiu o tráfico de africano. E em 1888, a abolição ocorreu simultaneamente ao maior fluxo migratório (principalmente italianos). A popularização da noção de “raça histórica” entre os pensadores sociais brasileiros levou à concepção do branqueamento ou possibilidade de clarear o povo através da seleção social baseada na diluição dos sangue negro e indígena e do aumento da imigração europeia. A tese do branqueamento afirmava a inferioridade de negros, índios e da maioria dos mestiços, mas esperava que mecanismos seletivos operando na sociedade (basicamente a busca por cônjuges mais claros) pudesse clarear o fenótipo do tipo brasileiro no espaço de poucas gerações. Tal crença estava baseada na inferioridade dos não brancos e nos indicadores estatísticos de mortalidade nas classes baixas e da imigração que invertem a pirâmide demográfica anterior à abolição. Vários notáveis do pensamento social brasileiro do início da república acreditaram nesse mito de “caldeamento racial”, depois convertido em símbolo da formação nacional...”(SEYFERTH, 2007, p.116)

Mesmo sendo o mestiço considerado símbolo nacional, ele continuou sendo discriminado. Ocorreu uma releitura, de modo que, a partir de então, a miscigenação não era mais vista como degeneração, apostando-se em uma mestiçagem positiva, como algo que poderia clarear a população, ou seja, o que era considerado como falência do cruzamento, passou a ser visto como possibilidade de branqueamento.

Durante muito tempo, no Brasil, foi transmitida a ideia de que as três raças formadoras da nação (o branco, o índio e o negro) viviam harmoniosamente. A mestiçagem era assim vista como uma mistura harmoniosa das três raças, como símbolo nacional. No entanto, não eliminava a discriminação em relação ao mestiço.

Embora o conceito de raça seja hoje considerado obsoleto em muitas áreas do conhecimento, ele pode ser mobilizado como uma categoria de análise que induz a práticas de discriminação à medida que provoca atribuições negativas à população de pele mais escura. Para Seyferth (2007), muitos cientistas pressupuseram comportamentos estéticos e morais, desqualificando as pessoas de pele mais escura.

Segundo Seyferth (2007), havia, nas declarações da Unesco de 1950, uma distinção entre a raça, fato biológico, e o mito da raça. O termo raça era concebido mais como mito social, ou seja, as diferenças genéticas entre os grupos humanos não teriam relevância nas diferenças sociais e culturais.

O termo raça é entendido, neste estudo, como uma construção que interfere na vida social. Para Seyferth:

“O que caracteriza o conceito de raça é sua imponderabilidade, o fato de ser, antes de tudo, uma construção social que interfere nas relações sociais, informa comportamentos individuais e coletivos, instrui determinadas práticas discriminatórias na medida em que fornece signos e símbolos de pertencimento” (SEYFERTH, 2007, p.106).

O termo raça é de suma importância para compreendermos as relações étnico-raciais, desde que a consideremos como uma construção social e não com base em fatores biológicos. A ideia de racismo está contida dentro da ideia de raça e remete aos tempos de escravismo no Brasil, em que o negro fora trazido para trabalhar de forma desumana, tratado como objeto comercializado, sendo vítima de discriminação racial, tanto durante o escravismo quanto depois quando foi liberto, no entanto sem nenhuma condição de vida digna, tendo sua trajetória marcada pela exclusão. Hoje, os movimentos sociais que lutam por igualdade racial

recuperam o termo raça. Segundo Paixão e Carvalho (2008), a perspectiva dos movimentos sociais é de defesa dos contingentes historicamente discriminados.

“Desse modo, tal ponto de vista entende que o resgate do termo raça, aqui visto em sua estritavariante social e cultural, corresponde a um modo de constituição de padrões de solidariedade entre os afetados pelo problema, assim favorecendo sua ação coletiva em defesa da integridade física, legal e/ou territorial; pela adoção de medidas de promoção da qualidade de vida desses contingentes; de resgate positivo da trajetória histórica e cultural de seus ancestrais e; em prol de mudanças de padrões estéticos e simbólicos tradicionalmente atribuídos a essas determinadas características físicas”. (PAIXÃO E CARVALHO, 2008, p.31)

No clube José do Patrocínio, existe a demarcação da diferença étnica entre o negro e o branco, uma vez que o clube se faz conhecer por ser um clube negro, mas também existe a expansão das relações sociais e comportamentais, uma vez que negros e brancos interagem dentro desse espaço de sociabilidade. Podemos então ver os grupos étnicos dentro do município como aqueles que se identificam e são identificados pelos demais por suas particularidades. A partir das interações sociais e de suas formas de organização no clube José do Patrocínio, podemos identificar relações étnicas próximas do que Barth está definindo como fundamental na constituição dos grupos étnicos. Nas palavras de Barth:

“Concentrando-nos naquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são vistos como forma de organização social...na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional.” (BARTH, 2000, p.194.)

Abordando a questão do preconceito racial, Oracy Nogueira (1985) o define como uma atitude desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, os quais são estigmatizados, discriminados pela aparência ou pela origem. O autor define, então, esse estigma pela aparência, pelo fenótipo como preconceito racial de marca, e o estigma pela origem, como preconceito racial de origem.

Para Oracy Nogueira, o que existe no Brasil é o preconceito racial de marca, ou seja, a discriminação pelo fenótipo negroide, ou seja, pelas características físicas dos indivíduos. No decorrer deste trabalho, tentarei responder algumas perguntas: como o fenótipo negro interfere nas relações sociais em uma sociedade em que o preconceito racial de marca se faz presente? E como esse fenótipo é visto pelos negros e não negros frequentadores do clube? Essas características físicas são manifestadas ou atenuadas dentro do clube?

## **1.2 A etnografia e suas implicações na pesquisa de campo na Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio.**

Entendo como pesquisa social aquela que utiliza técnicas qualitativas de levantamento de dados ou que adota procedimentos analíticos qualitativos. Fiz uso da etnografia, pois o clube não é só um espaço material, mas é resultado de diferentes práticas ao longo do tempo, espaço de interação, conflito e participação de diferentes indivíduos ou grupos de indivíduos. Espaço de regras, normas e condutas. É algo em permanente processo, um campo de possibilidades de ações dos sujeitos que dele fazem parte.

O fazer etnográfico se propôs então a observar de perto esse campo e essas ações, bem como suas implicações. Foi preciso, então, observar os negros dentro do clube, mas também saber o que faziam fora dele. Em que outros ambientes se encontravam? Quais as atividades que desempenhavam no mundo do trabalho? Quais são as outras formas ou espaços de lazer que buscavam? Quem eram suas famílias? Há quanto tempo estavam no clube? E assim descobrir as motivações pessoais que possuíam para estar ali.

Não se pode dissociar a etnografia das escolhas teóricas, nem da particularidade do objeto, o qual exigiu que fossem criadas estratégias de aproximação com o grupo estudado. Para isso, então, me propus a trabalhar no clube, buscando uma maior inserção no campo e uma proximidade mais forte com os pesquisados. Desafiei-me a não atribuir o sentido que o clube tinha para mim enquanto negra castilhense, mas buscando estar aberta para compreender o sentido que os pesquisados davam a ele. Tanto ter um novo olhar sobre meu objeto, buscar o estranhamento necessário à minha pesquisa quanto trabalhar com a minha própria subjetividade foram um desafio a ser vencido, pois tenho a clareza de que a etnografia exigiu que eu abordasse o verdadeiro sentido que os pesquisados davam ao clube e não o sentido que atribuo ou que gostaria que atribuíssem.

A prática etnográfica se consolida com a base teórica das Ciências Sociais e faz ligação estreita com a Antropologia. Sobre a etnografia, nos fala Magnani (2009):

“a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica da sua visão de mundo, mas para, seguindo até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos com uma proposta nova, não prevista anteriormente” (MAGNANI, 2009, p.129).

Para conhecer os sentidos que os negros atribuem ao clube, é necessário não só ouvi-los, mas também, e principalmente, observar as suas ações. Isso é o que Magnani chama de *insight*. Para o autor, é uma forma de aproximação própria da abordagem etnográfica, que produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros meios.

Para Peirano (2014), os eventos, acontecimentos, palavras, textos cheiros, sabores são o material que analisamos e que não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fontes de renovação. Até mesmo a teoria vai se aprimorando de acordo com esses elementos fundamentais na etnografia, ou seja, ajustes e transformações fazem parte do processo.

Os resultados da pesquisa que transcorre poderão ser esperados ou surpreendentes. Inspirei-me em Magnani (2009), Fonseca (1999), Geertz (1978) e Oliveira (2000) não só para textualizar o observado, mas também para que estivesse munida de base teórica no mundo empírico.

Magnani (2009) traz a ideia de totalidade como pressuposto da etnografia, a qual não está relacionada a um todo sem conflitos, mas também não a uma fragmentação. Trata-se de uma totalidade que é experimentada como código de pertencimento pelos integrantes de um grupo e que marca esse pertencimento e os faz ser identificados por ele. Assim:

“uma totalidade consistente em termos de etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em termos categoriais: se para aqueles constitui o contexto da experiência diária, para o segundo pode também se transformar em chave e condição de inteligibilidade. Posto que não se pode contar com a totalidade dada, postula-se uma nunca fixa a ser constituída a partir da experiência dos atores e com ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais do que generalidades e platitudes a respeito do objeto de estudo” (MAGNANI.2009, p.138).

Para Geertz (1978), a prática etnográfica vai muito além das técnicas, pois somente estas não determinam o sucesso do empreendimento, mas sim o esforço intelectual que elas representam.

Para Oliveira (2000), três etapas constituem a prática etnográfica: o olhar, o ouvir e o escrever. O olhar e o ouvir são aspectos perceptivos característicos das pesquisas sociais e é no escrever que a prática etnográfica se consolida, sendo que o escrever é considerado também um aspecto cognitivo que não está dissociado do pensar. As três etapas, para Cardoso de Oliveira, devem estar disciplinadas pelo conhecimento acadêmico.

Durante a pesquisa de campo, o olhar e o ouvir estão sendo registrados no diário de campo, no entanto, esse registro fora do campo sofre a refração do domínio do conhecimento científico. É nessa relação entre o observado no mundo empírico da pesquisa e o conhecimento acadêmico que se faz o escrever, que se consolida a prática etnográfica e que se chega aos resultados da pesquisa.

Ao realizar o trabalho de campo etnográfico no clube José do Patrocínio, busquei a articulação entre as experiências e práticas vivenciadas pelo grupo pesquisado e as observadas por mim, com o conhecimento acadêmico adquirido, a fim de compreender as relações que ali se estabelecem. Na escrita, se encontra a interpretação dos resultados, jamais tirando a autonomia das falas dos pesquisados.

A prática etnográfica no clube realizou-se durante alguns eventos nele ocorridos, interagindo com os participantes. Observei quem eram as pessoas que o frequentavam e qual a função que elas exerciam no clube e no município de Júlio de Castilhos. Escutei os pesquisados tanto em conversas formais quanto informais. Os aspectos cognitivos assumem um aspecto epistêmico na pesquisa social. O olhar esteve voltado não só para observar os indivíduos, mas o sentido que estes atribuíam as suas ações e o que os impulsionava a estar ali.

Meu contato com o clube como pesquisadora se deu, primeiramente, ao conversar com a atual presidente do clube, Iracema Machado, solicitando fazer a pesquisa; ela aceitou de imediato e informou-me sobre os dias em que o clube ficava aberto. Passei, então, a frequentar o clube todas as terças-feiras e participei de seus eventos nos finais de semana. Durante as tardes em que frequentava o clube, encontrava duas associadas, Ângela da Rosa e Zeli Aguiar, negras, professoras, sendo que a última faz parte de uma das famílias mais atuantes dentro do clube e é filha de um dos seus primeiros sócios.

Ao ler algumas atas do clube, observei que ele passou por dificuldades financeiras. Atualmente, a arquitetura do prédio é recente. Entre outras questões, interessou-me saber quando o prédio foi reformado e com quais recursos. Mas somente o olhar não completa a prática etnográfica, foi preciso ouvir e, mais tarde, escrever para chegar aos resultados da pesquisa. Olhar e ouvir se complementam, mas não completam a etnografia. Foi preciso buscar o sentido que os negros atribuem ao clube e a significação disso para o pesquisador que observa externamente e relaciona sua observação com o conhecimento científico. Foi preciso selecionar os informantes, perceber quais são os indivíduos mais atuantes dentro do

clube, saber ouvir durante as entrevistas sem condicioná-la com questões demasiadamente pontuais. Para Geertz (1978), a mais alta função cognitiva está no escrever, pois este não implica somente a descrição do que se observou, mas as interpretações sobre as relações observadas.

A escrita fora do campo está fundamentada no conhecimento acadêmico adquirido, e é nesse processo de textualização que chegaremos aos resultados, “o olhar, o ouvir e o escrever estão desde sempre sintonizados com o sistema de ideias e valores que são próprios da disciplina” (Oliveira, 2000, p.16).

Descrevo aqui uma situação vivenciada por mim dentro do clube no ano de 2003, a qual já foi trazida no início desta dissertação, a fim de elucidar a importância do olhar, do ouvir e do escrever. Ao participar de uma reunião do clube José do Patrocínio no ano de 2003, quando, então, eu fazia parte da diretoria do clube, em que alguns membros da diretoria estavam reunidos para organizar um evento em que ocorreria a escolha da rainha de festas infantis, foi sugerido que participantes do clube percorressem as escolas do município para convidar meninas negras para participar de um evento. Ao ouvir essa sugestão, uma das integrantes do clube respondeu da seguinte maneira: “não podemos colocar qualquer uma para representar nosso clube!”.

Nesse momento, o olhar e o ouvir estimularam a questão central que norteia a presente pesquisa: quais os diferentes significados atribuídos ao clube? Seria então o clube um espaço de integração dos negros do município ou de parte deles?

Também foi utilizada a técnica da entrevista, pois, para alcançar o objetivo de compreender os diferentes significados atribuídos ao clube, fez-se necessário também ouvir os seus participantes de maneira formal. A entrevista possibilitou a minha aproximação com os pesquisados, enquanto pesquisadora, percebendo como estes se relacionam com os demais participantes do clube, quais são suas falas e quais são suas atitudes dentro e fora do clube.

Primeiramente, realizei as entrevistas com os membros da diretoria, questionando-os sobre o que os levou a associarem-se ao clube e o que os motiva a estarem ali. Utilizei entrevistas abertas e semiestruturadas. Posteriormente, entrevistei frequentadores, sócios e não sócios. Busquei, por meio das entrevistas, analisar os diferentes significados que os negros atribuem a esse espaço de lazer e sociabilidade. Entrevistei diferentes gerações de associados e não associados para, assim, verificar se havia diferenças de significados atribuídos ao clube, por geração. Entre membros da diretoria, sócios e não sócios do clube,

realizei dez entrevistas. Entrevistei uma sócia neta de um fundador; duas sócias (mãe e filha) de um dos sócios mais antigos; uma sócia com 84 anos de idade; três sócios ativos; duas rainhas da escola de samba do clube e uma participante e frequentadora.

Também utilizei a técnica de análise documental por meio da consulta às atas do clube, nas quais busquei quem eram os participantes do clube no passado, que papel desempenhavam na sociedade, quais os eventos que o clube realizava, quem participava, como eram organizados e quais os eventos que o clube realiza hoje.

Também registro que acompanhei a “V Jornada de Educação e Cultura Afro-brasileira e Indígena” e o “III Curso de Educação Inclusiva e Diversidade”, realizados conjuntamente, no ano de 2015, em parceria do clube José do Patrocínio com o Instituto Federal Farroupilha.

### **1.3 O município de Júlio de Castilhos: contextualizando o espaço em que o objeto se situa.**

É importante destacar o papel da economia do Rio Grande do Sul e seu reflexo no município de Júlio de Castilhos, pois esta tem ligação com as ações negras dentro do espaço em que nosso objeto se situa. Para isso, faço uma breve abordagem sobre a economia charqueadora gaúcha, uma vez que, no município de Júlio de Castilhos, essa atividade foi de suma importância. É indiscutível a relevância do escravo negro como força de trabalho na sociedade sulina. Como no diz Maestri:

“As primeiras estâncias e vilas gaúchas funcionaram em grande parte assentadas no braço feitorizado. Houve atividades, como as charqueadas e as olarias, que se apoiaram quase que exclusivamente no braço escravizado” (MAESTRI, 1979, p.36).

Desde o início da ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul, os negros se fizeram presentes, tendo sido trazidos, inicialmente, para trabalhar como escravos nas plantações de linho cânhamo, para, em seguida, sua função ser, aos poucos, estendida a outros setores da economia.

As atividades produtivas realizadas pelo negro no século XIX são de suma importância para o desenvolvimento econômico gaúcho. Ele foi gradativamente assumindo diferentes papéis na sociedade brasileira.



O desenvolvimento da economia charqueadora provocou o aumento do número de escravos africanos utilizados como mão de obra preferencial (KUHN, 2002). A charqueada intensificou a utilização de mão de obra escrava no Rio Grande do Sul, o que levou os charqueadores a uma dependência em relação aos traficantes de escravos, além de criar problemas de competitividade com o charque platino, que utilizava mão de obra livre, com menores custos de produção. O charqueador era um comerciante das necessidades do mercado no Brasil colonial e escravocrata (Kuhn, 2002). A atividade charqueadora sulina foi impulsionada pelas grandes secas nordestinas dos anos 1777-1791, que dizimaram os gados daquelas regiões, levando à crise da produção saladeril cearense e piauiense, tradicionais fornecedores de carne e sal para os mercados brasileiros. Durante muito tempo, a atividade charqueadora financiou, de alguma forma, a entrada de negros escravizados nos territórios do sul e propiciou o desenvolvimento da produção pastoril gaúcha ao garantir a mercantilização das carnes dos animais da campanha (Maestri, 1979).

A atividade charqueadora, para o escravo, exigia jornadas de 16 ou mais horas. Nas estâncias, o negro trabalhou como roceiro, campeiro e também nos trabalhos domésticos. Segundo Bakos (1999), existia a presença de escravos nas regiões onde se desenvolveu a cultura do trigo, nas charqueadas, nos primeiros centros urbanos e nas primeiras estâncias gaúchas de criação de gado. A sua função principal era o cultivo do trigo, mandioca, feijão, além da produção do charque, além de trabalhar como escravo doméstico.

O clube José do Patrocínio fora fundado no ano de 1923. Um ano antes, havia sido inaugurada a Charqueada São João, primeira grande indústria de Júlio de Castilhos. Além do charque, eram vendidos os subprodutos: couro, sebo industrial, graxa comestível, miúdos, ossos classificados e guano (Costa, 1991). No ano de 1924, foi inaugurada a Charqueada União, núcleo inicial da Cooperativa Castilhense de Carnes, que existe até os dias atuais. Em 1925, foi fundada a Charqueada São José, que permaneceu ativa até o ano de 1945.

A Cooperativa Castilhense de Carnes foi criada com o objetivo econômico da venda em comum, industrialização de carne de gado e defesa dos interesses dos associados. Além da indústria de charque e de produtos derivados de carne, a cooperativa teve uma saboaria e explorava uma olaria e uma pedreira (Costa, 1991). Raramente, se encontra no município de Júlio de Castilhos alguma família que não tenha tido algum membro que trabalhou ou trabalha na Cooperativa de Carnes, pois ela foi, durante muito tempo, a maior ofertadora de empregos para a população e, ainda hoje, é uma das poucas indústrias da cidade. Meus avós, tanto

paternos quanto maternos, trabalharam na cooperativa; também meu pai trabalhou na cooperativa durante os anos de 1975,1976 e 1977,no primeiro ano, exercendo a atividade de servente e, nos anos seguintes, de auxiliar de inspeção.

Para que possamos compreender o contexto no qual nosso objeto de estudo se situa, iremos fazer uma breve contextualização da história do município de Júlio de Castilhos e, em seguida, do Clube José do Patrocínio.

O município de Júlio de Castilhos está situado na região central do estado do Rio Grande do Sul. Possui em torno de 20.074 habitantes, de acordo com os dados do IBGE de 2014. Teve sua emancipação em 14 de julho de 1891. As origens étnicas da população são portuguesa, polonesa, árabe, italiana e africana. Sua população é predominantemente urbana.

A economia, no meio rural, gira em torno da produção de soja e da agricultura familiar e, no meio urbano, em torno do comércio.

Firmino Costa, um odontólogo, natural de Erechim, nascido em 24 de janeiro de 1930, veio morar no município em 1956. A partir dessa data, se interessou por pesquisar e escrever sobre a história do município de Júlio de Castilhos. Durante 13 anos, Costa buscou informações sobre o município em relatos orais e documentos escritos. Disso, resultou o livro “Terra de Vila Rica”.

Em 1870, o povoado foi demarcado e passou a ser chamado Povo Novo, pertencendo, então, ao município de São Martinho (Costa, 1991). O povoamento se processou à medida que foram sendo feitas doações de terras por João Vieira de Alvarenga, primeiro morador do município. No final de 1885, o povoado ganhou oficialmente uma nova denominação, passando a se chamar Júlio de Castilhos.

João Vieira de Alvarenga ,segundo Costa, teria chegado ao município com 24 anos de idade, vindo da Lapa, então província de São Paulo (hoje estado do Paraná). Segundo Costa:

“Pouco se sabe sobre esses primeiros moradores de Júlio de Castilhos. A referência mais antiga a seu respeito data de 1834 ou 35. Quando João Vieira Alvarenga esteve em Campo Novo, um erval recém descoberto, hoje sede do município, invernando alguns animais. É provável, portanto, que se dedicasse ao comércio de erva-mate de Campo Novo, vendida na fronteira e no Rio da Prata” (COSTA,1991, p.88)

Era comum, segundo Costa, naquela época, as terras não terem dono, sendo apropriadas pela simples ocupação, por pessoas que ali começariam nova vida. Depois de estabelecidos por um período de cinco anos, essas pessoas procuravam legalizar a situação,

pedindo licença para ficar na terra. Assim, teria acontecido com João Vieira de Alvarenga, que procurou legalizar

## CAPÍTULO II

### **O CLUBE JOSÉ DO PATROCÍNIO NO PASSADO: ATAS, RELATOS, BAILES E GRUPOS DE DANÇA.**

Neste capítulo, são relatados os primeiros tempos do clube por meio do estudo das atas e dos relatos orais. São descritos os bailes do passado, seus elementos de distinção, normas, regras, exigências e seus significados para os negros do clube. Também descrevo um grupo de dança tradicionalista do clube, momento em que houve a tentativa de integração deste com outros CTGs da cidade e a busca por visibilidade por meio do grupo de dança.

#### **2.1 Os primeiros tempos por meio das atas e dos relatos orais.**

Em 1913, foi fundada, no município de Júlio de Castilhos, a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, que foi o segundo clube do município, popularmente chamado de “clube dos morenos”. Seus fundadores foram Messias Dutra, Salabergo Ribas, Victória Alves Xavier, Bernardo Pinto, Veríssimo Brum e outros (COSTA, 1991).

Segundo Costa, entre as finalidades do clube estavam o desejo de preservar a memória do jornalista José do Patrocínio, o qual era visto pelos negros como um símbolo da sua história. Ele foi considerado patrono do abolicionismo e morre em 30 de janeiro de 1905. Oito anos após sua morte, portanto, ocorreu a fundação do clube José do Patrocínio, que constituiu uma das formas encontradas pelos negros de Júlio de Castilhos de manifestar a cultura afro e de homenagear aquele que lutou pelo abolicionismo. Ao ler o estatuto do clube, criado em 1980, ou seja, 67 anos após a sua fundação, encontramos as seguintes finalidades:

“Art.1º: A Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, fundada na cidade de Júlio de Castilhos, estado do Rio Grande do Sul, aos 14 de julho de 1913, é uma sociedade Cultural Recreativa com personalidade jurídica, distinta da de seus associados: os quais não respondem subsidiariamente pelas obrigações por ela contraídas. Sua duração é indeterminada. Seu Foro é nesta cidade

Art.3º: São finalidades da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio: proporcionar aos seus associados ENTRETENIMENTOS de cunho sócio-cultural-cultural, reuniões sociais, jogos e divertimentos.

§ único. Cultuar e louvar a memória de um dos mais notáveis irmãos de cor, o eminente jornalista José do Patrocínio, homem de extraordinário talento e lucidez, viveu empenhado na luta pela libertação e igualdade de valores até então negados a sua gente.

Art.4º: A sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, imprimirá em suas atividades sociais de cunho sócio cultural, aspectos como a sua origem, seu trato, sua prosa, suas maneiras, sua música e instrumentos típicos, sua dança, seus ritos e indumentária, sua poesia, sua literatura, suas artes, enfim tudo aquilo que justifique a sua existência”( Estatuto da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio).

Ao ler as finalidades do clube, percebi a preocupação com a preservação da memória, não só do jornalista José do Patrocínio, mas também da cultura dos afrodescendentes como um todo, a partir do momento em que o clube se propôs a realizar atividades que relembressem a origem e a cultura negra.

O termo “entretenimento” em letras maiúsculas mostra o objetivo principal do clube, pois, sendo este um espaço de sociabilidade, o intuito era que os negros tivessem lazer, sem deixar de lado o aprendizado e a memória da sua trajetória.

Ao realizar as entrevistas com negros participantes e atuantes no clube, percebi que as suas trajetórias particulares de vida estão intimamente ligadas a essa efetiva participação dentro do clube.

Um dos entrevistados, o senhor José Cassiano Marques Mello, com 72 anos, diz que, desde criança, tinha interesse pelas questões raciais. Quando jovem, tinha curiosidade de saber de onde sua avó viera, pois esta sempre se negava a falar sobre sua origem geográfica. Cassiano fazia parte de uma família de 12 pessoas. O pai trabalhava como patroleiro, e a mãe era lavadeira. Ressaltava com orgulho que os pais lhes ensinaram “a forma de ser, como se portar”.

Aos sete anos de idade, Cassiano era leiteiro. Segundo ele, ele e seus irmãos foram vencendo obstáculos. Relembra com emoção o período escolar, pois, quando ele e dois amigos negros conseguiram ingressar no ginásio, isso foi considerado “um assombro em Júlio de Castilhos”. Assim descreve Cassiano, ao falar sobre a surpresa da comunidade castilhense ao ver três negros cursando o ginásio, o equivalente ao ensino fundamental atual. Para a época, isso era incomum. Logo, passaram para o chamado “científico”, o que denominamos hoje de ensino médio. A formatura deste ocorreu no Clube Felix da Cunha, clube elitizado que não era frequentado por negros e que, no entanto, teve que receber três negros, pois eram formandos. Assim descreve o senhor José Cassiano a sua formatura em um clube de brancos:

Como os negros vão entrar no clube dos brancos? Estou com 72 anos, fui fruto de um racismo hostil mesmo. Nossa mesa estava separada lá no canto. Enfrentamos. Mesmo sendo excluídos. Tomamos cerveja, ficamos a noite inteira, foi um fato marcante passar para o científico, que era veículo para ir para a faculdade. Nossas famílias não tinham condição de ir, não tinha auto-sustentação, não era extrema pobreza, mas éramos pobres (José Cassiano Marques Mello, 72 anos, contador).



Formatura do sócio José Cassiano Marques Mello no Clube Felix da Cunha. Fonte: arquivo pessoal do Sr. Cassiano M. Mello.

Ainda, depois de formado no curso científico, o senhor José Cassiano diz que optou, então, por cursar o técnico em contabilidade, sendo que, nesse período, também foi vítima de racismo por parte de seus colegas de trabalho.

Trabalhava na fundição desde 14 anos de idade, os colegas de trabalho, como diz o sarro, a onda de hoje diziam: “Oh contador, a sua caneta!”. E me alcançavam a vassoura. Eu venci. Fui trabalhar num escritório, para entregar jornal, passou essa fase, graças a Deus, tenho meus filhos já formados (José Cassiano Marques Mello, 72 anos, contador).

Cassiano diz que, ao ser chamado para trabalhar em um escritório, não imaginou que seria para trabalhar como entregador de jornal, mas, ao chegar, no primeiro dia de trabalho, foi mostrada a ele a pilha de jornais e mandado que saísse fazer as entregas. Hoje, com 72 anos de idade, é contador no município de Júlio de Castilhos há 50 anos.

Recebi uma homenagem do Rotary, pelos 50 anos de profissão, não poderia me omitir como negro. Me orgulho de ser negro, sou feliz em ser negro, estou feliz, estou bem profissionalmente, sou realizado. Não sei por que no Brasil ter esse ato racista contra os negros, um país miscigenado. Eu não deixo de ir em formatura quando tem um ou dois negros. Tu olha o jornal aqui em Júlio tu não vê, eu olho o jornal de Santa Maria, os destaques sociais tu não vê negro. Será que esses jornalistas acham que nós somos invisíveis?... Essa falta de visibilidade que me incomoda (José Cassiano Marques Mello, 72 anos, contador).

A história de vida de José Cassiano Marques Mello, segundo seus relatos, foi marcada por vários episódios de discriminação. Percebo que isso foi uma das motivações para que ele se interessasse pelas atividades do clube, na medida em que esse espaço era uma forma de dar visibilidade ao negro dentro do município.

As diferenças étnicas são mantidas no contato entre diferentes grupos étnicos (Barth, 2000), no entanto, pode ocorrer exclusão ou incorporação de elementos considerados relevantes ou irrelevantes para indivíduos de grupos étnicos diferentes ou, até mesmo, do mesmo grupo étnico. É o caso dos negros do município de Júlio de Castilhos, pois existe uma distinção entre os negros que participam do clube José do Patrocínio e os demais negros da cidade, sobretudo, os mais pobres. Os negros do clube José do Patrocínio, ao estabelecerem normas, regras e condutas a serem cumpridas dentro do clube, se distinguiram dos demais negros da cidade, incorporando, assim, elementos que consideram importantes para a sua imagem.

José Cassiano preocupava-se com a manutenção do clube, não só por ser um ambiente de lazer, mas também por ser um espaço construído como um instrumento de luta pela valorização da negritude.

O clube José do Patrocínio não se produz isoladamente, mas sim em relação aos demais clubes do município, por isso, a importância de relacioná-lo aos outros clubes da cidade. Dentro do clube José do Patrocínio, havia negros destacados pela sua escolarização e profissão, como o sócio José Cassiano e um dos fundadores do clube, Lúcio Paixão Correa, que era reconhecido na cidade por ser carroceiro e vereador. A exigência pelo “bom comportamento moral”, pelo uso do traje, pela imagem da família, eram valores preservados dentro do clube, a fim de manter uma imagem de clube familiar.

Para associar-se ao clube era necessário ter 18 anos ou mais e bom comportamento moral. No entanto, no estatuto do clube, não há uma definição do que era considerado, na época, como “bom comportamento moral”. Segundo José Cassiano Mello, as regras do clube

eram muito rígidas. Ele próprio puniu seu filho, dentro do clube José do Patrocínio, por este não estar apresentando “bom comportamento”, pelo fato de ter se envolvido em uma discussão com outros sócios frequentadores. Assim relata José Cassiano:

Puni meu próprio filho, eu era presidente do conselho, ele faltou com o respeito com a Sociedade. Foi punido, tomou 60 dias sem poder entrar dentro na Sociedade (José Cassiano Marques Mello, contador, 72 anos).

Segundo José Cassiano, seu filho se envolveu em discussão, e dentro do clube, o comportamento deveria ser exemplar. Ao ser questionado sobre qual o motivo da discussão, o entrevistado não quis entrar em detalhes, apenas disse que seu filho havia falado palavras que não deveria.

Conforme Barth (2000) já demonstrou, as orientações valorativas podem implicar restrições à interação étnica. Nesses casos, o indivíduo deveria evitar atitudes em desacordo com as orientações valorativas do grupo, pois poderia sofrer sanções. É o caso descrito acima.

A diretoria do clube era soberana na apreciação de propostas de acesso ao quadro social, sem obrigatoriedade de dar qualquer explicação ou justificativa às partes interessadas em caso de rejeição da proposta, ou seja, existia a liberdade dos membros da diretoria do clube de aceitar ou rejeitar qualquer cidadão sem a necessidade de explicar a sua decisão.

O senhor José Cassiano Mello relata que sua mãe, Justina Marques Mello, era filha de “mãe solteira” e, por isso, no primeiro momento em que solicitou a participação no clube como sócia, teve seu pedido negado. Por meio do relato do associado Cassiano e dos registros em atas, pude perceber um pouco sobre as regras para se frequentar o clube, uma vez que estas não estão bem claras no seu estatuto. Posso dizer, então, que, em relação ao “bom comportamento moral” mencionado no estatuto, ele discriminava as “mães solteiras”. E esse preconceito seria estendido as suas filhas e/ou filhos, como foi o caso da mãe de seu José Cassiano, que teve sua solicitação negada.

Para José Cassiano, a sociedade da época era ferrenha, e o clube espelhava-se nos padrões morais da sociedade dominante naquele período. É importante ressaltar que o clube criado por negros, para ser um espaço de sociabilidade, recreação e cultura, tinha regras excludentes, pois nem todos os negros poderiam frequentá-lo. Havia uma seleção de pessoas que poderiam ali estar. Era necessário estar de acordo com as condutas consideradas morais pela sociedade, assim como possuir as vestimentas exigidas para os eventos. Muitos negros que não tinham condições de adquirir tais vestimentas acabavam sendo indiretamente



excluídos. Ou seja, os negros de baixas condições econômicas e que não estavam de acordo com as normas morais da sociedade da época acabavam sendo barrados no clube. Giacomini (2006), ao tratar do clube Renascença, no Rio de Janeiro, explica que ele era considerado um lugar de família, um lugar de encontro entre as famílias. Da mesma forma, era concebida a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio.

“É como se a simples presença de famílias estáveis, estruturadas segundo o dominante modelo conjugal monogâmico da família restringida, conferisse ao grupo um atributo de distinção. Ora, tal associação não pode ser compreendida se não se tem em vista o contexto social envolvente, no qual o negro está associado à anomia, à desorganização e ao desregramento” (Giacomini, 2006, p.56).

Percebe-se, no clube José do Patrocínio, a importância das famílias, pela presença contínua destas no clube, com o passar do tempo, em diferentes gerações. Embora, hoje, a maioria dos encontros não seja de caráter familiar, ainda existe um vínculo dos participantes de outrora e dos participantes de agora. Atualmente, tais participantes estão ligados ao clube colaborando mais em atividades domésticas e de organização deste, já nem tanto usando-o como espaço de lazer, mas ainda se fazem presentes.

A filha de Izabel Mello, Anieli Mello, tem 18 anos e é neta de Antonio Carlos Mello, um dos fundadores da escola de samba do clube, já citado anteriormente. Atualmente, ela é a rainha da associação da escola de samba. Anieli demonstra ter um grande orgulho de sua negritude, apesar da pigmentação da sua pele ser clara e de não ser considerada negra por muitas pessoas. Para ela, ser negro é algo que vem dos seus antepassados e não se resume à cor de pigmentação da pele, indomuito além disso.

Anieli pensa em um dia ser presidente do clube. Percebo o sentimento de familiarização dela com este e sua preocupação em mantê-lo. Sobre o momento atual e seu desejo de preservação do clube, ela diz que:

Na minha cabeça, eu gostaria que meu avô fosse presidente, mas ele não quer assumir porque é bastante coisa, não é? E vai estar se estressando, mas é uma coisa que desde pequena eu estou ali dentro, eu por mim a gente continuaria, minha mãe, sei lá...que alguém da nossa volta assim, que apoiasse pelo menos o carnaval, que apoiasse mesmo, que apoiasse a escola, porque eles apoiam mais a domingueira agora do que o próprio carnaval que sempre teve, que é coisa de negro. A domingueira é mais de gaúcho. Os gaúchos têm dinheiro, eu sei que a domingueira dá dinheiro, mas eles poderiam apoiar também a gente...eu disse pra mãe, quem sabe com o tempo eu vou ser presidente ainda daqui uns anos, daqui um bom tempo nem que seja da escola de samba...mas de alguma coisa eu vou ser ( Anieli Mello, estudante, 18 anos).

Ao se referir à falta de apoio, Anilei remete-se a uma cisão que ocorreu no clube quando foi criado um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) exclusivo para a escola de samba do clube. A escola de samba do clube precisou criar um CNPJ diferente do clube por questões burocráticas, o que acabou gerando uma cisão entre o clube e a sua própria escola de samba. Sobre isso, o sócio Cassiano Marques Mello diz que:

“Os motivos que levaram a Sociedade, em um ano, como qualquer tipo de empresa, tem seus altos e baixos. Você pode ver o clube Felix da Cunha aí fechado. E isso teve porque as leis foram mudando muito, e alguns presidentes foram esquecendo de cumprir as obrigações fiscais, por esquecimento ou por não perguntar, a prefeitura daqui de Júlio dizendo vocês tem que ir, porque sem vocês não tem carnaval. Isso era quase imperativo, e ocorre que quando vem não tem as negativas, quase sempre a gente tem um jeitinho brasileiro, sempre tem um meio para resolver, daí fizemos um CNPJ diferente para a escola de samba, que infelizmente não colocamos o nome de Lúcio Paixão Correa. Sempre que fala em José do Patrocínio tem que se falar em Lúcio Paixão Corrêa.... aí criou um atrito dentro da Sociedade, aí criou as desavenças (Cassiano Mello, 72 anos, contador).

Anieli relata o seu afeto pelo clube desde a sua infância, pois era levada pelo seu avô e pela sua mãe às atividades que ele desenvolvia. Ela diz que, mesmo no momento atual, em que considera as atividades do clube não “tão boas”, referindo-se ao número reduzido de participantes, é lá que ela gosta de estar, pois lá está com os amigos. Esse afeto, segundo a entrevistada, surgiu por ela considerar o clube um espaço familiar, um espaço em que também conviveu com seus familiares dividindo experiências. Desde pequena, Anieli aprendeu com seus familiares a ver o clube como um espaço seu, enquanto negra.

Ao ler a Seção IV do estatuto de 1980 do clube, que trata dos departamentos, pude perceber de que forma os sócios procuravam colocar em ação as finalidades propostas pelo clube. Ao departamento artístico cabia:

- Estabelecer planos de trabalho e apresentações.
- Zelar pela boa ordem e desempenho de seu departamento, podendo para tanto, convidar ou desligar elementos de seu quadro.
- Zelar pela indumentária do conjunto de danças.
- Fazer pesquisas e trabalhos sobre a arte negra, origem e envolvimento atual.
- auxiliar e realizar exposições de trabalhos e artesanato típico.
- Aos mestres-salas do departamento social compete:

- Auxiliar a organização de um programa de atividades sociais juntamente com a diretoria e outros departamentos.

Ao chefe do departamento cultural compete:

- organizar um programa de atividades culturais, para tanto, promoverá palestras.
- estabelecer planos de trabalhos e pesquisas.
- organizar juntamente como encarregado de promoções artísticas a semana de arte negra (maio).
- organizar e promover a formação e cuidado de um museu e biblioteca de assuntos inerentes. (ESTATUTO DA SOCIEDADE CULTURAL RECREATIVA JOSÉ DO PATROCÍNIO DE 1ª DE MAIO DE 1980).

O clube era aberto a todos os cidadãos brasileiros natos ou naturalizados, sem distinção de cor, credo político ou religioso, conforme diz o estatuto do clube (Capítulo III, Artigo 16: “só serão eliminados do quadro social os associados que praticarem atos que deslustrem a Sociedade ou promova escândalo que afete a mesma”). Apesar de não haver proibição para a entrada de brancos no clube, meu avô, João Alves dos Santos, conta que era muito difícil um branco frequentar o clube.

O clube dispõe das atas desde 1923. Segue um trecho de uma delas:

“aos treze dias do mês de maio de mil novecentos e vinte e três o senhor presidente declarou aberta a sessão solene comemorativa ao trigésimo quinto aniversário da princesa Izabel do Áureo lei...esse importante acontecimento histórico que resultou na libertação de uma raça, foi em seguida inaugurada a biblioteca... importante para o melhoramento, destinada a prestar valioso serviço à educação intelectual e cívica dos associados” (Ata da Sessão de Assembleia Geral do Clube José do Patrocínio, realizada dia 13 de maio de 1923).

Percebe-se também a preocupação com a formação intelectual dos associados, sendo inclusive inaugurada uma biblioteca, hoje extinta. Ainda na década de 1920, o clube José do Patrocínio estava numa fase de reestruturação, por isso, grande parte das atas desse período referem-se somente a ofícios enviados por cidadãos propondo-se a serem sócios do clube e a algumas medidas disciplinadoras, quando ocorriam fatos excepcionais sem o consentimento dos membros da diretoria. Segundo o estatuto, era dever dos associados acatar as decisões dos poderes da sociedade e portar-se com decoro em todas as oportunidades, jamais permitindo o descrédito social da entidade. Pensando assim, posso dizer que o clube

funcionava não só como espaço de lazer, mas, também, como espaço que representava o negro, com o propósito de transformar a imagem discriminatória até então tida sobre ele.

A necessidade sentida pela ausência de um espaço de sociabilidade para o negro e o desejo de um espaço onde pudessem ter uma representação social fizeram com que se criasse esse ambiente onde se produziam e produzem relações sociais. O uso do traje completo também foi um fator diferencial para o clube, que acabou por conferir *status* a ele.

Para os negros do clube José do Patrocínio, era importante zelar por um comportamento aceito pela sociedade dominante, por isso, buscaram meios para serem aceitos, valorizados e também acabaram se diferenciando de outros negros, por meio de algumas exigências. O clube José do Patrocínio diferenciava-se pelo caráter familiar que os seus próprios participantes lhe atribuíam e também por alguns desses participantes possuírem profissões reconhecidas pela sociedade. O clube Francisco Rosa, apesar de ter participantes comuns ao clube José do Patrocínio, não tinha, no seu grupo de frequentadores, negros com profissões destacadas dentro do município, e a maioria possuía baixo grau de escolarização. Além disso, não havia, nesse clube, a exigência do traje completo, pois era mais difícil de ser adquirido. É importante destacar o uso do traje completo como fator que conferiu *status* ao clube José do Patrocínio, mas também como fator limitador da presença de muitos negros castilhenses dentro desse espaço. Ou seja, haviamais interesse em zelar pela imagem do clube do que em agregar mais negros para participar dele.

Conforme Bourdieu (1996), as diferenças e separações entre grupos podem ser explicadas pelas posições sociais em que os indivíduos se encontram em determinados espaços. Para Bourdieu:

“Essa ideia de diferença, de separação, está no fundamento da própria noção de espaço, conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento...” (BOURDIEU, 1996, p.18).

No clube Felix da Cunha, prevalecia uma elite branca. No clube José do Patrocínio, prevaleciam e ainda prevalecem negros escolarizados com profissões reconhecidas pela sociedade dominante. No clube Francisco Rosa, prevaleciam negros da periferia da cidade, com menos escolarização e que não precisavam se adequar às exigências de vestimentas e de comportamentos morais como aquelas exigidas no clube José do Patrocínio. O clube José do Patrocínio exerceu um poder limitador com a exigência de uso de traje completo, até por volta

das décadas de 1970 e 1980. O que estava por traz da exigência do uso do traje? Qual era o sentido dessa exigência? Os negros do clube José do Patrocínio buscavam não só o lazer, mas, sobretudo, a visibilidade, reconhecimento e diferenciação social. De certa forma, queriam mostrar que estavam no mesmo patamar dos brancos. Para Bourdieu (1996), o espaço social é construído de tal modo que os grupos são distribuídos em função dos princípios de diferenciação, que são o capital econômico e o capital cultural. Assim como muitos negros do município de Júlio de Castilhos não frequentavam o clube por falta de capital econômico, o clube José do Patrocínio também buscava um capital cultural como forma de distinção.

“De maneira geral, o espaço de posições sociais se retraduz em um espaço de tomadas de posição pela intermediação do espaço de disposições (ou do *habitus*) ou, em outros termos aos sistemas de separações diferenciais nas propriedades dos agentes (ou de classes construídas como agentes), isto é, em suas práticas e nos bens que possuem. A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente, pela intermediação desse *habitus* e de duas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades vinculadas entre si por uma afinidade de estilo” (BOURDIEU, 1996, p.21).

As escolhas realizadas pelos negros do clube, de acordo com o que consideram relevantes ou não, os seus bens materiais ou simbólicos são os elementos de um “princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolha de pessoas, de bens e de práticas”(BOURDIEU, 1996, p.22).

O fato de existirem negros com posições políticas destacadas dentro do município, como era o caso de Lúcio Paixão Correa, vereador reconhecido, conferia *status* ao clube. O traje, a boa conduta, a estima pelos valores familiares, o portar-se de maneira adequada de acordo com as normas da sociedade dominante, conferiu ao clube distinção na sociedade castilhense. Conseguimos entender essas exigências, quando Bourdieu coloca que a cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus*. É nesse sentido, que se percebe um esforço por esse grupo de negros, que almeja uma posição e um reconhecimento diferenciado e manter determinados *habitus* de classe que pudessem equipará-los à sociedade dominante local. E isso fica evidenciado quando, mais adiante, irei abordar os bailes do clube José do Patrocínio.

Tendo no município um clube de uma elite branca, de certa forma, houve um espelhamento neste, quando criadas as regras e as exigências para se frequentar o clube José do Patrocínio, pois estas estavam de acordo com o meio em que viviam, com o que

consideraram que era válido para a sociedade da época, como podemos perceber ao ler o seguinte trecho de ata datada de 1924:

“aos onze dias do mês de outubro de mil novecentos e vinte e quatro, às oito horas foi pelo senhor presidente aberta a sessão de diretoria para diversos assuntos, dos quais o primeiro é a exclusão do sócio Adão Ribas, por ter infringido o regulamento....”(Ata do Livro número 1).

Constam, nas atas, vários registros sobre advertências a Adão Ribas, pois este realizava bailes sem avisar os demais membros da diretoria, o que não era permitido. Ele foi excluído por estar em atitude de falta de decoro com duas associadas, ou seja, falta de respeito aos demais membros da diretoria que deveriam ser comunicados de todas as atividades realizadas no clube, com antecedência, assim como concordar com a realização destas. Todos os negros que têm condições de frequentar o clube aceitavam as normas e exigências, não só pelo simples fato de poder estar naquele ambiente de lazer, mas também pelas vantagens simbólicas de estar ali, por se sentirem valorizados dentro de uma sociedade. O clube tornou-se reconhecido na sociedade castilhense como um símbolo distintivo dos negros. Os bailes de gala, as normas, as regras, as exigências, a boa conduta moral é o que confere ao clube distintividade, por meio do *habitus*, como se referia Bourdieu. Tais eventos e normas do clube não deixavam de ser uma tentativa de positivar determinados estigmas atribuídos aos negros.

O clube José do Patrocínio passou por dificuldades financeiras, sobretudo a partir da década de 1930, o que fica bastante evidenciado nos registros, conforme segue:

“aos sete dias do mês de abril de mil novecentos e quarenta às quinze e trinta horas foi convocada pela comissão para tomar a presidência desta o senhor Euclides Trindade. Em seção de diretoria. O motivo, a Sociedade achando-se em decadência esta parte dos sócios, resolveu nomear um presidente para dirigir a mesma a fim de tomar outros caminhos”. (Ata do Livro 2, número 11, p.12).

Tal situação não foi tão logo solucionada. Ainda em documentos da década de 1980, encontramos relatos de dificuldades financeiras encontradas pelo clube. Em 1982, o clube pediu auxílio financeiro à administração municipal:

“como decurso do tempo, e como consequência direta das grandes mensagens trazidas aos lares pelos modernos canais de comunicação, despertaram-se ambições materiais ou psíquicas que se emanam em longo e fraterno abraço, para se transformarem em novas exigências de recreação, lazer e conforto. Hoje se constituem tais fatores em acréscimos aos órgãos governamentais e as associações privadas buscam meios de satisfazê-los...”(carta que o clube José do Patrocínio envia ao prefeito Vicente Mileno de Castro Moreira, em 1982).

Acredita-se que, para o contexto da época, a existência do clube significava o reconhecimento, mesmo que tardio, ao trabalho e à contribuição dos negros para a construção da sociedade castilhense, bem como o desejo de mostrar que não só a comunidade branca tinha direito ao lazer.

Segundo Costa, o clube tinha por objetivo:

”esforçar-se para o engrandecimento moral e intelectual da sociedade castilhense e congregá-la na mais ampla fraternidade. Proporcionar meios de instrução a seus associados. Proporcionar passatempos agradáveis e instrutivos por meio de reuniões familiares, palestras sociais, jogos e divertimentos” (COSTA, 1991, p.378).

Percebe-se, ao ler as palavras de Costa, que o clube preocupava-se não só em proporcionar atividades de lazer para os sócios, mas também a instrução, o desenvolvimento intelectual e o bem-estar de todos os indivíduos da sociedade castilhense. Essa preocupação com o desenvolvimento intelectual dos associados também é fator distintivo do clube, pois o desenvolvimento intelectual é um operador de distinção, pois põe em prática um princípio de diferenciação.

## **2.2 Os bailes do passado.**

Tratando-se de um clube fundado por negros, é importante destacar que a maioria dos clubes negros foram criados à imagem dos clubes sociais brancos. Para Escobar(2010) eles surgiram como um contraponto à ordem social vigente, além de constituírem um local de sociabilidade e de lazer para a população negra, que era impedida de frequentar os clubes sociais brancos.

Desde sua criação, o clube José do Patrocínio demonstra o desejo de conferir um caráter familiar e de *status*, por meio da preocupação com sua imagem e também pelo fato de buscar certa distinção por meio da vestimenta. Pode-se dizer, até mesmo, que buscava um padrão elitizado como o clube dos brancos, que, no caso do município de Júlio de Castilhos, era representado pelo clube Felix da Cunha.

Sonia Maria Giacomini, em seu trabalho intitulado “A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da zona norte do Rio de Janeiro: o Renascença Clube”, descreve a fundação do clube:

“esse pequeno grupo, composto, majoritariamente por negros diplomados e bem de vida, idealizou um clube social que fosse a imagem dos clubes sociais brancos da cidade, aos quais não tinham acesso, e no qual pudessem programar e vivenciar as atividades consideradas condizentes com a sua posição econômica, com seu status, assim como adequadas ao estilo de vida ao qual aspiravam” (GIACOMINI, 2006, p.24).

Lucineia Weber (2014), ao tratar do clube Treze de Maio, em Santa Maria, menciona determinadas regras e exigências semelhantes àsquelas do clube José do Patrocínio:

O “Clube” pode ser visto também como local frequentado pela elite negra da cidade, fato este que é reforçado quando percebemos as inúmeras regras que existiram para que as pessoas pudessem participar de suas atividades. Os bailes de gala, por exemplo, exigiam que as pessoas se vestissem de acordo com as normas colocadas para aquela ocasião. Se o baile era de gala, as roupas teriam que ser trajes de gala e, sendo assim, nem todos tinham condições econômicas para participar desses eventos (WEBER, 2014, p.42).

O estatuto do clube José do Patrocínio não faz nenhuma referência ao uso de “traje completo”, no entanto, por meio dos relatos orais, pude perceber que essa era a característica marcante dos bailes do clube.

O baile do 14 era de gala, era o baile de maior destaque, vinha gente de Porto Alegre. O 14 de julho marcou a época. O pessoal ia na estica. A gente passava o ano inteiro para ir no baile do 14, era impecável. Se tu não estivesse trajado tu não entrava, pois veio uns negros de Tupã sem traje e não entraram, era um ambiente de gala tradicional. Com o tempo, tudo mudou...as normas eram terríveis, tinha os diretores de salão, tu faltou com o respeito tu saía para fora. Um cidadão de Cruz Alta, tipo esculhambador, tiraram pra fora e atiraram nos trilhos (José Cassiano Marques Mello, contador, 72 anos).





Na foto acima, no centro, o senhor José Cassiano de Marques Mello e sua esposa; ao seu lado direito, Antonio dos Santos, sócio e frequentador do clube José do Patrocínio e sua esposa Oneida Rosa dos Santos; do lado esquerdo seus compadres. FONTE: acervo pessoal de José Cassiano Marques Mello.

O estatuto foi criado em 1980, quando a exigência já não era mais aplicada. Entre as penalidades aos associados trazidas pelo estatuto destaco a seguinte: “o associado que praticar atos que deslustrem a sociedade ou promova escândalo que afete a mesma será excluído do quadro social”. A preocupação com a imagem do clube era constante. Uma vez que não existia um espaço de sociabilidade em que os negros pudessem se reunir, logo que o criaram, buscaram mostrar para a sociedade que eram dignos de ter um bom comportamento moral, que suas normas, regras, posturas e hábitos estavam condizentes com o que a sociedade da época impunha como correto. Assim, o estabelecimento das normas do clube visava a mostrar para a população castilhense o quanto os negros sabiam se portar, o quanto valorizavam a família, a boa conduta da época. Sobre as regras e normas do clube, o associado José Cassiano, que puniu seu próprio filho, diz que:

“Eram rígidas, era terrível, porque meu filho foi suspenso? Porque ele faltou com respeito com a sociedade...o comportamento tinha que ser exemplar” (José Cassiano Marques Mello, 72 anos, contador).

A preocupação com o zelo e a imagem do clube está associada à imagem que este queria transmitir para a sociedade castilhense e está vinculada às vivências de cada um de seus membros. O próprio entrevistado José Cassiano relatou que, quando estudava para forma-se contador, seus colegas de trabalho alcançavam a ele a vassoura, em ironia. O entrevistado considerou uma superação a sua formatura, comemorada no clube Felix da Cunha, onde, até então, negros não entravam. Os negros, de certa forma, queriam mostrar para a sociedade que também tinham direito iguais, assim como o “bom gosto” e o “portar-se adequado”. A preocupação em preservar a imagem de um clube de família também existiu em outros clubes negros, como no Renascença Clube, estudado por Giacomini:

“um clube de família, no qual a família, bem estruturada e estável, constitui um dos emblemas acionados em contraposição aos estigmas que fundam alguns dos estereótipos que povoam o imaginário social brasileiro acerca dos negros” (GIACOMINI, 2006, p.28).

O irmão de José Cassiano Marques Mello, Antonio Carlos Mello, tem 77 anos, e tornou-se sócio do clube no ano de 1953, quando tinha 14 anos de idade. Ingressou no mundo do trabalho aos 16 anos, como aprendiz de sapateiro. Assim como muitos negros frequentadores do clube, também costumava trabalhar para, entre outras coisas, comprar o traje para os bailes do clube. Antonio Carlos foi um dos fundadores da Escola de samba do clube, em 1959. Ele relembra que, nos eventos de outrora, havia o diretor de salão, pessoa responsável por observar o comportamento dos associados e frequentadores, para que não houvesse o uso excessivo de bebidas alcóolicas e para que os casais não tivessem comportamento exagerado de beijos e abraços. Sobre os diretores de salão, Zeli Conceição Machado de Aguiar descreve-os como “pessoas idosas, mais experientes”.

Os filhos de Antonio Carlos também frequentaram o clube José do Patrocínio. Uma delas, Izabel Mello, tem 50 anos, é costureira e começou frequentar o clube ajudando sua mãe, também costureira, na confecção de fantasias para o carnaval e nas arrumações do clube. Izabel também relembra a presença do diretor de salão nos bailes que frequentava durante a sua adolescência.

A figura do diretor de salão também era uma preocupação, por zelar pela imagem de um clube de “família”. E isso era um fator relevante para um clube formado por negros, alvo de tantas discriminações e preconceitos, sobretudo pelos seus costumes, comportamentos, valores, crenças religiosas, dentre outros.

Ao conversar com sócios e frequentadores do clube, estes relataram vários bailes existentes no passado: o Baile do 14, o Baile da Primavera, o Baile do Chopp, o Baile do 3 e o Baile da Pelúcia. Segundo a entrevistada Elba Dias de Aguiar, que tem 84 anos e é filha de Segundino Dias, um dos primeiros sócios e presidentes do clube, os bailes eram muito bonitos, com orquestras. As mulheres usavam vestido longo e os homens trajes completos.

“Os bailes eram muito lindo, porque os baile assim de data, os trajes eram assim social, pelo menos as mulheres era vestido longo, 14 de julho e 31 de dezembro era os baile mais lindo que tinham” (Elba Dias de Aguiar, dona de casa, 84 anos).

Dona Elba diz que o Baile do 14, no qual também ocorria o *debut*, era o baile em que as moças de 15 anos, filhas de associados e participantes do clube, eram apresentadas à sociedade. Posteriormente, os bailes de debutantes passaram a ocorrer no mês de novembro, e o Baile do 14 de julho permaneceu na mesma data que o denomina, como baile em comemoração ao aniversário do clube. As moças eram apresentadas usando vestidos longos, em tons claros. Um orador ou oradora as apresentava dizendo seu nome completo e sua filiação. Segundo relatos dos entrevistados, esse tipo de baile também ocorria no clube Felix da Cunha, clube frequentado por uma elite branca castilhense.



Na foto acima, o baile de debutantes de 1978. Dentre as moças, está o senhor Constantino Dias, presidente do clube naquele ano. FONTE: Foto do acervo pessoal de Lúcia Iara da Rosa, que tem 53 anos. Lúcia Iara foi rainha de festas do clube em 1978; ela aparece com a faixa, na foto.

Sobre os comportamentos adequados nos bailes, dona Elba relembra que as moças não podiam recusar-se a dançar com os rapazes e recorda um episódio ocorrido com ela:

“Dá carão, Deus o livre né! Eu mesma, quando solteira, eu entrava assim num baile, mas eu já tinha ido. Meu marido já era meu namorado, ele era assim baixinho, e tinha outro, um rapaz que gostava de mim, morava na frente do clube. A genteficava tudo assim as guria, em fila conversando, daí o rapaz vinha e fazia assim (estendia a mão) a aquela que ele queria dançar, daí deu acaso, assim ..o meu namorado me tirou pra dançar e aí ele vinha na frente e outro atrás, e não se deu por conta, daí teve reunião para resolver isso aí né. Era um caso assim que ele não tinha razão, porque eu tinha namorado. Eles vinham tudo junto os rapaz e convidavam as moça pra dançar, e eu acho que o meu namorado era baixinho vinha mais na frente do outro, também me convidou pra dançar. Mas aí o meu namorado já tava me convidando ali, aí eu sei que a senhora que morava na frente do clube era mãe do rapaz e ela era da diretoria, quis fazer, pediram sessão que como diziam, fizeram a sessão, o debate né, e não deu em nada porque eu tinha namorado, mas ele sabia que eu já tinha namorado de tempo, né!” (Elba Dias de Aguiar, dona de casa, 84 anos).

Por meio dos relatos de dona Elba, pude perceber um pouco mais sobre as regras e normas do clube da época. As mulheres não poderiam negar-se a dançar com os rapazes, no entanto, os homens não poderiam convidar para dançar as moças que tinham namorado. Essa norma era tão forte que, caso ocorresse contrário a isso, era caso de reunião.

Dona Elba diz também que existia o chamado baile da pelúcia, no qual as mulheres iam com vestidos de pelúcia e, segundo ela, eram “um mais bonito que o outro”. Esse baile recebia essa denominação pelo fato de ser um baile realizado no inverno.

“Tinha também o baile da pelúcia, com vestidos muito bonitos, aplicados com flores, pegava aplicação de outro tecido, era muito bonito os bailes. Todo mundo de trajes, era um baile fino, com orquestra, tinha pelúcia estampada, outros com aplicação. E era dança, dançava junto, não era essa bate asa de hoje” (Elba, dona de casa, 84 anos).

Sobre a relação do clube José do Patrocínio com o clube Francisco Rosa, dona Elba diz que, no período de carnaval, muitas vezes, os dois clubes se encontravam na rua com seus respectivos blocos de carnaval e existia uma certa rivalidade:

“Tinha aquela coisa que, das vez, dá causo que, as vez, marcavam os horários e às vezes se encontravam, na mesma rua, e aí qual mais queria bater a sua música, tocá. Era aquela coisa, as vez dá o caso de perto das casa, daí tava um bloco e tava o outro, e daí era aquela função, aquela barulheira, e qual mais queria tocar mais. Eu me lembro que eu participei de um carnaval, nós saímo na rua, e quando a gente passava perto da prefeitura, ai! Veio uma bomba de água, aquela chuva, e nós que nada, tocando, indo em frente, e tudo molhada e as roupa grudavam. Eu me lembro da época que o Sidnei foi presidente, o sol tava quente e o pessoal tava dançando, e iam pra praça e sol tinindo. No verão, o sol sai cedo, agora eu acho falta, mas vou

olhar os bloco de carnaval e nos baile eu não vou mais, nem tem mais, já estou com 84, tem velhinhas bem sadias que acompanham o carnaval, depende da saúde, tocava e tudo molhada e nós tocando, seguindo em frente” (Elba Dias de Aguiar, dona de casa, 84 anos).

Eliane Brum de Souza, 38 anos começou frequentar o clube aos 12 anos de idade. Era participante do grupo de dança tradicionalista mirim com Camila Silva de Souza. Eram levadas pelas famílias. Participou do grupo de dança tradicionalista durante seis anos e também debutou no clube. A aquisição do vestido de *debut* ocorreu por meio de doação do senhor Adão Nogueira, sócio e frequentador do clube, amigo da família de Eliane. No baile de debutantes, Eliane estava com os pais, com os padrinhos e com o par, rapaz convidado pela moça ou pela família da moça para que dançasse a valsa com ela. Em seguida, o pai da moça dançava com ela. Seu par foi Cleber Aguiar, neto de Doralício de Aguiar, um dos sócios mais antigos do clube. Como exemplo das relações familiares criadas dentro do clube José do Patrocínio, o casal Eliane e Cleber são um exemplo: se conheceram no clube, desde a infância participando das mesmas atividades, iniciando no grupo de dança gaúcho mirim e, depois, passando para o juvenil. Eliane debutou no clube, e Cleber Aguiar foi seu par. Hoje os dois mantêm uma união estável e costumam ir ao clube nas domingueiras.

Para Eliane, seria importante que o clube hoje ainda tivesse as atividades que existiam no passado, como, por exemplo, o grupo de dança, para que seus filhos também pudessem participar.



Na foto acima, Eliane Souza Brum, dançando a valsa com seu pai em seu baile de debutantes, em 1992. Na foto abaixo, Eliane com seu par, Cleber Aguiar, hoje seu marido.

FONTE: acervo pessoal de Eliane Souza Brum.





Foto do baile de debutantes de Eliane Souza Brum. Na foto, ela com o seu par, Cleber Aguiar, seu atual marido. FONTE: acervo pessoal de Eliane Souza Brum.

Sobre as boates que frequentou durante o período de sua adolescência, Eliane relembra que:

“tinha as meninas-moças vestiam roupas mais adequadas pra com a idade e conforme se portava numa sociedade, não eram roupas decotadas demais, curtas demais, era dentro de um limite de padrão” (Eliane Brum de Souza, técnica em enfermagem, 38 anos).

Sobre a importância que atribui ao clube Eliane, diz que:

“A sociedade é uma base né, principalmente para adolescente, pré- adolescente, que tem que ter um lugar pra sair, pra se divertir e no Patrocínio era saudável, era bom de ir. Eu até sinto muita falta, porque, hoje em dia, não tem muitas coisas como tinha naquela época” (Eliane Souza Brum, 38 anos, técnica em enfermagem).

Segundo Eliane, durante a sua juventude, existiam tanto os bailes sociais quanto as boates e festas dançantes. Estas últimas não exigiam o uso de traje completo. Era permitido usar roupas como jeans, vestidos que não fossem longos, entre outras vestimentas, desde que não fossem roupas curtas demais. Foi criado o “baile alto esporte”, o qual oportunizava aos sócios frequentarem bailes sociais com menos rigor nas exigências das vestimentas:

“Nesta época, começou a ser aberto o traje alto esporte, que daí as pessoas começaram... como tinha as boates, aí faziam os bailes, aí às vezes, o pessoal gostaria de ir nos bailes e não tinha o traje, daí a sociedade adquiriu o ato de fazer os bailes alto esporte, que daí o pessoal das boates poderia frequentar” (Eliane Souza Brum, técnica em enfermagem, 38 anos.)

Angela Maria da Rosa, 45 anos, moradora do centro, solteira, formada em Pedagogia, atualmente, trabalha como cuidadora de crianças. Filha de lavadeira e de estivador, tem oito irmãos. Ingressou no mundo do trabalho aos 19 anos de idade. Também foi uma participante ativa do clube. Aos 15 anos, Angela debutou no clube José do Patrocínio.





Foto do baile de debutantes de Angela da Rosa. FONTE: foto do acervo pessoal de Angela da Rosa.

Na foto acima, o baile em que Angela debutou no ano de 1985. Na foto, através da janela, é possível ver pessoas assistindo ao baile pelo lado externo, o que comprova a curiosidade das pessoas para ver o evento que nem todos que gostariam de ali estar poderiam, talvez por questões de faixa etária ou por questões econômicas.

Angela é sobrinha de um dos presidentes do clube Francisco Rosa e frequentou durante sua juventude ambos os clubes negros, Francisco Rosa e José do Patrocínio. No ano de 2003, começou a trabalhar no clube José do Patrocínio, função em que permaneceu até o ano de 2015. Angela orgulha-se de durante o período em que esteve trabalhando no clube, várias dívidas terem sido quitadas e de o clube, inclusive, ter passado a possuir um CNPJ.

Entre as lembranças guardadas de suas vivências no clube, recorda quando foi princesa do chopp, do baile de debutantes, e de quando foi rainha do carnaval, no ano de 1987.



Na foto acima, Angela da Rosa, em 1989, quando fora rainha do carnaval da Sociedade Cultural José do Patrocínio. Fonte: acervo pessoal de Angela da Rosa.



Na foto, ao lado direito, Angela da Rosa, primeira princesa; ao centro, Simone Mello Teixeira, rainha do baile do chopp da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio; e à esquerda, Marta Somavila, segunda princesa do baile. Fonte: acervo pessoal de Angela da Rosa.

Para Angela, o clube é um ponto de referência, local de encontro para os negros, capaz de sediar grandes eventos, com grande potencial.

O baile do chopp era também realizado no clube Felix da Cunha, sendo, neste último, um baile tradicional, característico do clube. Noto que o clube José do Patrocínio, em alguns casos, buscava assemelhar-se àquele em seus eventos. O sócio e frequentador do clube Aristeu Castilhos da Rocha relata que, à exceção dos bailes de carnaval, o baile do chopp foi o baile que ele mais frequentou:



“Principalmente no baile do chopp, sempre eu ia, os outros sociais eu nem sempre ia, dada a correria do dia a dia. Também eram mais rigorosos quanto ao traje, quanto à roupa, e nem sempre a gente poderia ir, né”(Aristeu Castilhos da Rocha, professor, 60 anos).

Sobre os bailes de carnaval, Aristeu relata que os bailes eram lotados sempre, as pessoas gostavam de ir de fantasia, embora, nesses bailes, não fossem tão rigorosas as regras em relação à vestimenta.



Bloco de carnaval formado por mulheres: ala das baianas do carnaval de rua da década de 1980.

Fonte:acervo pessoal de Lea Mattias.



Fonte: acervopessoal de Vera Lúcia da Rosa, irmã de Angela da Rosa e de Lúcia Iara da Rosa. Foto da década de 1970.

### 2.3. O grupo de dança tradicionalista.

O clube vivenciou, durante as décadas de 1980 e 1990, a existência de um grupo tradicionalista gaúcho. Sobre o grupo de dança gaúcho, a associada Zeli Aguiar considera a sua criação um dos momentos mais marcantes da trajetória do clube. Segundo ela, foi nesse momento que o clube derrubou barreiras, passando a interagir com outros grupos sociais e em outros espaços de sociabilidade, como, por exemplo, os CTGs. Sobre esses espaços de sociabilidade, Kaiser (1996) se refere aos CTGs fundados por negros e por brancos, explicando que os primeiros eram mais simples.

“No Rio grande do Sul, o gaúcho parece ser a categoria regional que adquiriu maior sustentação ideológica e visibilidade, tornando-se a principal categoria de acesso à terra. É uma classificação étnica que, no âmbito regional, pretende-se uma representação universal. Na noção de gaúcho, negros e índios estão excluídos” (Kaiser, 1996, p. 254).

Considerando a visibilidade regional da figura do gaúcho, a criação do departamento tradicionalista dentro do clube José do Patrocínio torna-se, então, uma das formas encontradas pelos negros de adquirir maior visibilidade no município, resultando na integração destes com outros grupos e espaços de sociabilidade. Para Brum:

“O gauchismo inclui uma diversidade de pessoas e grupos que se identificam de variadas formas com a exaltação do que se referem como usos e costumes regionais. A utilização do termo engloba uma gama de manifestações e sujeitos que efetuam a apropriação da figura do gaúcho na produção de suas representações” (BRUM, 2009, p. 149).

Os negros do clube José do Patrocínio queriam ser vistos como portadores de hábitos e costumes gaúchos, desejavam apropriar-se dessa imagem, mostrar para a sociedade que também eram possuidores de hábitos e costumes atribuídos ao povo sul-rio-grandense. Sobre a importância do grupo de dança tradicionalista, a associada Zeli Aguiar diz que:

( ... ) “pelos diversas barreiras que enfrentamos, a gente começou a se libertar, e concorremos com pessoas de várias etnias, a gente sofreu a questão do racismo...mas isso fez com que fossemos com mais garra” (Zeli Conceição Machado de Aguiar, professora, 62 anos).

Existia o desejo dos negros do clube de cultivar essa tradição, de se identificarem regionalmente como gaúchos. Isso se manifestava de maneira material e simbólica, o que podemos perceber pelo fato de ter sido criado o grupo de dança, no qual todos deveriam estar devidamente pilchados.



Na foto acima, Eliane Souza Brum, frequentadora do clube desde a infância, e Cleber Aguiar, neto de Doralicio Aguiar, um dos sócios mais antigos do clube, e sobrinho de Zeli Aguiar, uma das entrevistadas na presente



pesquisa. Ambos participavam do grupo de dança gaúcha mirim, no ano de 1989. Fonte: foto do acervo pessoal de Eliane Souza Brum

Para Brum (2009):

“Os tradicionalistas tiveram esta preocupação simbólica e material na construção coletiva das identidades regionais. Analisando as características do tradicionalismo como um movimento cultural, fica nítido o esforço da criação de símbolos que os identificam como sinais diacríticos e que possibilitam caracterizar o próprio tradicionalismo enquanto movimento” (BRUM, 2009, p.150).

Os negros do clube tiveram a preocupação de identificar-se simbólica e materialmente como gaúchos, criando, para tal, um grupo de dança mirim, que existiu até que as mesmas crianças que compunham esse grupo formaram o grupo juvenil, como mostra a foto abaixo:



Na foto acima, grupo de dança Minuano do Departamento Tradicionalista José do Patrocínio. Foto do ano de 1992. Fonte: acervo pessoal de Eliane Souza Brum.

Sobre o fim da existência do grupo tradicionalista gaúcho, a associada Zeli Aguiar diz que:

“O tradicionalismo se tornou uma elitização, então, até por isso, o clube começou decair essa questão do tradicionalismo, porque o nosso povo é humilde, e as coisas começaram a se colocar muito pomposa, então pro nosso povo já não deu mais, uma pilcha é um horror de caro” (Zeli Conceição Machado de Aguiar, professora, 62 anos).

Segundo a entrevistada, foram os fatores econômicos que provocaram o fim do departamento tradicionalista, o fato de a grande maioria dos negros do clube já não possuir as condições para adquirir as vestimentas adequadas para tal atividade.

Em 14 de julho de 1986, foi fundado, em Júlio de Castilhos, o jornal impresso a Voz da Raça, porta voz da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio. O clube, hoje, não possui mais nenhum exemplar desse jornal. Há relatos de que uma das notícias mais destacadas do jornal teria sido a cobertura de quando os membros do clube foram visitar o CTG Júlio de Castilhos e foram barrados. Ao visitar o clube, buscando informações sobre o jornal, uma das associadas conta que uma antiga frequentadora do clube, que não reside mais no município, mas sim na cidade de Passo Fundo, guarda até hoje o jornal em que foi publicada a referida reportagem sobre a proibição dos membros do clube José do Patrocínio de entrarem no CTG. “Nós fomos barrados. Você acredita? Nós fomos barrados de entrar no CTG Júlio de Castilhos”, relembra com indignação a associada e membro da diretoria do clube, Zeli Conceição Machado de Aguiar. Por esse depoimento, percebe-se que a relação entre os negros tradicionalistas do clube José do Patrocínio e os outros tradicionalistas da cidade foi caracterizada por discriminação de marca e de luta contra tal discriminação. Segundo Zeli, “a gente sofreu a questão do racismo ... mas isso fez com que fossemos com mais garra”. Mesmo que Zeli justifique o fim do grupo tradicionalista do clube José do Patrocínio por razões econômicas, a dificuldade de aceitação por outros tradicionalistas da cidade também pode ter colaborado para o seu fim.

Zeli Aguiar tem 62 anos, é pedagoga, especialista em supervisão escolar, filha de um dos sócios mais antigos do clube, Doralício de Aguiar. Zeli viveu durante a infância no meio rural. Seu pai considerava importante que os filhos participassem de uma sociedade. Zeli costumava ir ao clube uma vez por mês, acompanhada pela família.

Sobre sua familiarização com o clube e os seus eventos, Zeli relata que:

“O intuito do meu pai era trazer os filhos para a sociedade, esteve sempre presente. Eu sempre acreditei que os filhos têm que cultuar essa tradição, a gente precisa permanecer firme na sociedade, não deixá morrer o clube. O clube é a nossa casa. Eu vou lá, eu vejo qualquer coisa mal arrumada, eu já fico triste, eu já vou ver alguém pra resolver. Já fizemos um levantamento dos 500 sócios que tínhamos. Devem estar vivos uns 100 e que pagam mensalidade uns dez. Hoje, o clube está



mais voltado para o lazer popular” (Zeli Conceição Machado de Aguiar, professora, 62 anos).

Ao conversar com a sócia e frequentadora Zeli, percebi que o sentimento de familiarização é muito forte, assim como o cuidado e a preocupação com o clube. Esse cuidado com as questões domésticas é um zelo que a sócia tem, como se o clube fosse a sua própria casa, pois assim o considera. Para Zeli, a importância do clube é fundamental:

“Para a sociedade é fundamental, deveria se tornar patrimônio, ele conta a história dos negros de Júlio de Castilhos. Para meus filhos, ele já não tem a importância que tem pra mim, porque hoje é tudo aberto (ZeliConceição Machado de Aguiar, professora, 62 anos)”.

### CAPÍTULO III

#### **O CLUBE JOSÉ DO PATROCÍNIO HOJE: AS BOATES E FESTAS DANÇANTES E OS EVENTOS RELACIONADOS À VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA.**

Neste capítulo, descreverei as atividades recentes do clube: as boates e festas dançantes, os almoços de família e a participação das famílias dos antigos sócios. Sobre as famílias mais antigas do clube, há um sentimento de que o clube não é mais o mesmo. Também comento sobre os desfiles de carnaval, que, nos últimos anos, se reduziram muito. Após, descrevo a parceria do clube com o Instituto Federal Farroupilha na realização de cursos sobre questões raciais. Demonstro que, desde os anos de 1980, o clube tem uma atuação vinculada à valorização da cultura afro-brasileira e realiza discussões sobre as relações étnico-raciais. Por fim, analiso e interpreto as mudanças e permanências ocorridas nos eventos do clube, ao longo do tempo.

#### **3.1 O clube hoje.**

O clube José do Patrocínio se localiza no centro da cidade, a três quadras da praça central. Nas imediações da praça central, localizam-se a Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida, o clube Félix da Cunha, atualmente interditado, a Prefeitura Municipal, dentre outros prédios não residenciais. O clube está situado em uma rua sem saída, bem no final dela, quando se avista um barranco e em seguida os trilhos do trem. Ao iniciar a pesquisa de campo na sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, uma das coisas que me chamou a atenção foi a reforma do prédio, que teve algumas mudanças nos últimos dois anos, como rampas, banheiros adaptados e portas de emergência. Visto que há muito tempo eu não frequentava o clube, as mudanças materiais foram as primeiras que percebi.

Apesar de já conhecer o clube desde a infância, o meu olhar sobre ele enquanto pesquisadora não é o mesmo de outrora. No *hall* de entrada, há um espelho grande e, ao lado direito, há uma porta onde, em dias de boate, ficam dois seguranças, um homem e uma

mulher. Essa entrada é uma peça ampla, com uma galeria de fotos dos presidentes do clube e uma porta de emergência ao lado. Há, nesse espaço, uma pequena janelinha, onde são vendidos os ingressos e onde ficam algumas pessoas da diretoria. Em outra sala de estar, estão expostos quadros de rainhas. Nesta, existem arquivos em que são guardados livros-caixa, documentos do clube e livros. Do lado esquerdo, estão a copa, a cozinha e os banheiros masculino e feminino. Subindo três degraus, do lado esquerdo, está o salão, amplo, com mesas redondas de madeira e cadeiras, um palco, janelas e vitrais. As paredes são bege e o chão é parkê. Algumas festas são realizadas no salão e outras nas peças menores, dependendo do número de participantes.

O olhar evidencia mudanças na estrutura do prédio, duas novas portas de emergência, rampas e banheiros adaptados. Ao ouvir uma das associadas e a secretária do clube, esta diz que o clube, no ano de 2015, não fez nenhuma reunião da diretoria, pois, desde o ano anterior, estiveram envolvidos com as reformas exigidas, após o incêndio da boate Kiss<sup>1</sup>, em Santa Maria. Grande parte das atividades que vêm sendo promovidas no clube são, na verdade, atividades organizadas por grupos de pessoas que não fazem parte do clube, apenas alugam o espaço.

Ao conversar com algumas associadas, percebe-se um sentimento de frustração, alegando que o clube não está atuando com vistas à afirmação da identidade negra. A associada e participante ativa do clube Zeli Aguiar considera o mesmo importante nem tanto como espaço de sociabilidade, pois, segundo ela, hoje, todos os lugares de sociabilidade do município são abertos a todos, mas a importância do clube para ela é como patrimônio do município, pois o clube José do Patrocínio conta a história dos negros de Júlio de Castilhos.

Durante as tardes em que o clube fica aberto, há o encontro de um grupo de mulheres com 60 anos ou mais, que se reúnem para fazer ginástica. Desse grupo, apenas duas são associadas ao clube, as demais são moradoras da redondeza, mas que não têm vínculo de sócias com o clube. Aos domingos, o clube é alugado para festas dos “grupos de melhor idade”, que são bem ativos no município.

Dentro do clube, percebe-se que existem famílias que estão lá há muito tempo. Ao consultar as atas, observei que essas famílias mais atuantes são descendentes dos fundadores

---

1 Boate Kiss: danceteria localizada na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que, no dia 27 de janeiro de 2013, pegou fogo, deixando mais de 240 vítimas.

do clube, ou seja, de geração em geração, se fazem nele presentes. E muitos frequentadores que não são associados veem o clube como uma instituição pertencente a essas famílias.

Em março de 2016, ocorreu, no clube, o primeiro encontro da família Mello, família à qual pertence o entrevistado José Cassiano Marques Mello. Segundo ele, esse almoço recebeu a denominação de “1ª Almoço Ricardo Mello”, em homenagem a seu pai, que havia idealizado esse evento em vida. Esse evento revela o caráter familiar do clube presente ainda nos dias atuais. Se, atualmente, as famílias não se envolvem como no passado nos eventos do clube, por outro lado, o “clube familiar” ainda está presente nas suas memórias. Escolher esse espaço para reunir uma família de muitas gerações tem um significado importante para essa família, pois, de alguma forma, equivale a lembrar o quanto essa família foi importante na trajetória desse clube e mostrar isso para as novas gerações. Grande parte dos membros dessa família participou ativamente das atividades do clube: um deles foi fundador da escola de samba, algumas das mulheres foram rainhas do carnaval e outras debutaram no clube. Reunir-se em família no clube, atualmente, de alguma forma, representa lembrar do prestígio dos membros dessa família para o clube, bem como demonstrar a importância e afeto que nutrem por ele.



Convite para almoço da Família Mello, realizado em 6 de março de 2016. Fonte: acervo pessoal do sócio José Cassiano Marques Mello.



Foto da família Mello, em encontro realizado no dia 6 de março de 2016. FONTE: acervo pessoal do sócio do clube José Cassiano Marques Mello.

Durante os finais de semana em que ocorrem as chamadas boates, o clube é frequentado por jovens de periferia que se encontram com o intuito de se divertir, mas sem nenhuma ligação com as questões raciais. Nos domingos, o clube é frequentado pelos “grupos de melhor idade”, mas estes também não têm ligação com o clube, apenas estão ali por ser esse o espaço alugado para tal evento. Durante o período em que o clube realiza almoços, jantares e bailes comemorativos, é frequentado por famílias associadas. Os negros e brancos dividem o mesmo espaço de sociabilidade.

Durante o carnaval, grande parte dos jovens castilhenses viaja para a quarta colônia<sup>2</sup>. O clube, nos últimos anos, tem, então, realizado duas noites de carnaval e duas de matinês infantis. No ano de 2015, na segunda noite de carnaval oferecida pelo clube, não houve público, encontravam-se apenas alguns membros da diretoria, que atribuem esse fato ao carnaval castilhense estar, aos poucos, se acabando. Durante o desfile de rua, a maioria dos

<sup>2</sup>Quarta Colônia: região que reúne nove municípios e é o quarto núcleo de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

que compunham a bateria da escola de samba eram crianças. Ao encontrar um professor associado ao clube, este comentou: “temos que colocar nossas crianças no clube, no carnaval, senão o carnaval vai morrer aqui em Júlio de Castilhos”.

Um dos aspectos que observei durante o desfile de carnaval de 2015 é que existia um número praticamente igual de brancos e de negros representando o clube no desfile. Famílias brancas que não são associadas e não são frequentadoras estavam lá, levando suas filhas para desfilar. O presidente da escola de samba e os demais integrantes que estavam organizando o desfile vestiam ternos pretos. Os demais membros da escola vestiam camiseta rosa e verde com o nome do clube. Além dos blocos carnavalescos da cidade, desfilou também outra escola de samba, chamada Unidos de Vila União, formada por habitantes de um bairro da cidade, mas que não possui um clube. As pessoas que assistiam ao desfile diziam: “o Patrocínio sempre demora a desfilar, adoram fazer suspense”. Isso mostra que o clube é visto por muitas pessoas como uma instituição que busca enaltecer-se ou mostrar grandiosidade. Ao realizar a entrevista com o associado José Cassiano Marques Mello, ele falava sobre os comentários da população, no período de carnaval, em relação ao clube, uma vez que este é considerado fundamental para a sociedade castilhense nesse período.

Na época do carnaval, a prefeitura sempre teve como indicação a Sociedade José do Patrocínio: “vocês têm que ir, vocês têm que desfilar, porque sem vocês carnaval não existe”, sempre aquele tipo, de tom quase imperativo, e aquilo é um desafio pra nós, mas pelo amor de Deus, os cara estão quase se ajoelhando pra nós, vamos, temos que ir, ir como sociedade, como entidade, que todo mundo gosta da Sociedade. Nós não podemos decepcionar esse pessoal (José Cassiano Marques Mello, 72 anos, contador).

Diferentemente do passado, os bailes de carnaval, no presente, tiveram uma redução do seu público e de seus dias de baile, que passaram de quatro para duas noites. Contudo, a escola de samba do clube continua com seus ensaios e desfiles de rua. Como já comentei anteriormente, a escola de samba se desmembrou do clube em razão da exigência de criar um CNPJ próprio. Durante os meses de janeiro e fevereiro, ocorrem os ensaios da escola de samba. Os ensaios são abertos, acontecem na rua em frente ao clube, porém, o clube mantém as portas fechadas, apenas uma porta lateral fica aberta com acesso para os membros da bateria. Além dos membros da escola de samba, participam dos ensaios sócios e não sócios do clube. Atualmente, a bateria é formada, em sua maioria, por adolescentes. Nos ensaios, os pais costumam acompanhar os seus filhos adolescentes. Há um encontro de famílias negras e brancas, de diferentes gerações. Os sócios mais antigos costumam participar também. Os

ensaios da escola são um espaço importante de sociabilidade negra na cidade, em que negros e brancos interagem. Durante um dos ensaios de que participei, ao cruzar pela rua central da cidade em direção ao clube, passei por um grupo de adolescentes e escutei um deles falando: “eu não vou naquela negrada do Patrocínio”. Apesar de alguns brancos participarem dos ensaios, eles são espaços de sociabilidade negra na cidade. A fala do adolescente revela que, nas interações entre brancos e negros, os negros são identificados e classificados como “negrada”, ou seja, classificados por um preconceito racial de marca, que vai além da cor da sua pele e dos seus traços negroides, mas abrange também o gosto pelo samba e pelo carnaval.

### 3.2 As boates.

O clube promove “boates”, ou seja, festas musicais em que jovens negros e brancos se encontram nos finais de semana, buscando lazer. Grande parte desses jovens é da periferia da cidade. Brancos e negros se encontram e se misturam naquele espaço de lazer, sendo que a maioria não é associada ao clube.

Na maioria das festas, não há um grande número de frequentadores. Durante uma das boates, uma frequentadora disse: “Nossa o que foi o Patrocínio? Até os doutores vinham aqui, agora está decaído”!

Ao participar em uma das noites de festa dançante no clube, a primeira coisa que me chamou a atenção foi o pequeno número de frequentadores. A maior parte dos presentes eram mulheres. As jovens negras usavam vestido e salto alto. Os vestidos eram semelhantes: cavados, com estampas florais, não justos e com elástico na cintura. Na venda de fichas para bebidas, estava a presidente do clube, Iracema Machado, negra, na faixa etária de 60 anos de idade, vestia terno preto. Na entrada do bar, encontrava-se uma jovem negra, vestindo calça jeans e jaqueta de couro vegetal, cabelos crespos, longos, soltos, era a filha da vice-presidente do clube. Junto com ela, estava uma mulher branca, na faixa etária de 50 anos. Na pista de dança, os jovens se divertiam dançando *funk* e tomando cerveja. A maior parte das meninas brancas usava calça jeans, bota montaria, *shorts* curtos e estava com a barriga a mostra. Meninas brancas e meninas negras demonstram uma preocupação distinta com a aparência. Como nos diz Giacomini:

“O corpo se impõe como um dos lugares privilegiados de inscrição de identidade. À base da experiência ancestral do grupo, para o qual o estigma corporal, no caso a cor, ensinou como a aparência opera enquanto discriminadamente social, seus integrantes acionam de maneira sistemática o conhecimento (sociológico?) adquirido, agora transformado em *habitus*: se o corpo e, mais precisamente a aparência, funcionam (são lidos) como sinalizadores da posição social, o cuidado com a aparência, mais que simples capricho ou acessório, torna-se estratégia de um grupo que quer afirmar, de modo conspícuo, que detém determinados atributos de classe raramente associados aos negros na sociedade brasileira”.(GIACOMINI. 2006, p.35.)

Talvez as meninas negras demonstrem essa preocupação diferente, pois, para elas, usar uma roupa estilo *funk*, considerando os estigmas atribuídos aos negros, pode ser visto como algo vulgar. Tentam fugir dos estigmas dados pela sociedade aos negros, aos atributos discriminatórios que relacionam a cor a atributos negativos. Sobre os princípios geradores de práticas distintas, Bourdieu coloca:

“Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintas - o que o operário come, e, sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial, mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro” (BOURDIEU. 1996, p.22).

Pensando no modo de vestir-se das meninas negras, elas não procuram usar roupas do estilo *funk* nas boates em que esse ritmo é tocado. Tal atitude pode estar relacionada aos estigmas vulgares atribuídos a esse estilo. E, nesse sentido, buscam um modo de vestir-se que as distingue das demais meninas. Para as meninas brancas, que não são sócias do clube, essa preocupação com a vestimenta não se evidencia, afinal, elas não precisam demarcar uma identificação a valores e *habitus* associados ao seu grupo familiar. Diferente das meninas negras, as brancas demarcam uma identificação a um estilo musical, que está muito associado a sua condição social de moradoras da periferia da cidade.

Para a entrevistada Anieli Mello, neta de um dos sócios mais antigos do clube, sempre há algumas meninas negras que usam roupas mais “chame”. Quando questiono sobre o que seriam roupas “chame”, a entrevistada responde que seriam roupas que chamam a atenção. Ao observar as vestimentas das meninas negras nas boates, elas usam vestidos que não marcam o



corpo. Essas roupas tidas como mais discretas as diferenciam das meninas brancas e as classificam como mais elegantes, com “boa aparência” e “bom gosto”, pela sociedade. A maneira de vestir das mulheres negras dentro do clube confere certa distinção a elas e mostra a que grupo pertencem, fugindo assim dos preconceitos e do estigmas associados aos negros.

Havia um casal, ele branco e ela negra. A filha aparentava ter mais ou menos uns 17 anos. Assim como as demais meninas negras, ela usava um vestido marcado na cintura, acompanhado de salto alto.

Algumas festas ocorrem no salão principal e outras nas peças menores, dependendo do número de frequentadores, no dia. Observando as vestimentas e o público presente no evento e pensando nos relatos orais e registros em atas dos eventos passados, percebo as mudanças ocorridas: parece não existir nenhuma proibição em relação às vestimentas para se frequentar o clube. Lembro as palavras de meu avô que dizia que, além dos trajes completos exigidos para os homens, as mulheres sempre iam ao clube usando vestido longo.

Como os bailes ocorriam apenas uma vez por mês, a cada evento havia uma preparação tanto dos homens com seus trajes quanto das mulheres com seus vestidos e cabelos. As mulheres negras frequentadoras do clube mantêm, desde os tempos de outrora, esse cuidado com a aparência externa, mas as exigências do clube em relação aos trajes hoje já não são mais as mesmas. Essa preocupação com a aparência era indicativo de *status* perante a sociedade. Ao conversar com uma das sócias do clube, Angela da Rosa, esta diz que sempre procura ir ao clube com uma roupa melhor, usar um bom perfume, pois o clube não é “qualquer lugar”, é o lugar que representa os negros e, por isso, ela deve estar bem vestida.

### **3.3 O Instituto Federal Farroupilha e a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio.**

As questões raciais já eram tratadas no clube desde a década de 1980, quando foi criado, em 1986, o grupo Novos Quilombos, vinculado ao clube, que passa a aderir ao Movimento Negro Brasileiro (Mattias, 2006). Nesse período, ocorreu, no município, o primeiro encontro sobre Consciência Negra, que recebeu um número significativo de participantes de várias cidades do Rio Grande do Sul. Posteriormente, foi criado o grupo de

dança afro Adayê, que representava a entidade em eventos e divulgava a cultura e os ritmos negros (Matias, 2006).<sup>3</sup>

O grupo Novos Quilombos formou-se por iniciativa da sócia Maria da Graça Silveira dos Santos, hoje com 65 anos, professora aposentada, que reside, atualmente, na cidade de Passo Fundo.

Maria da Graça reunia em sua própria casa um grupo de jovens para conhecer os ritmos negros. Em seguida, formou o grupo de dança afro-castilhense, que passa a pertencer a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio. No ano de 1992, Maria da Graça mudou de residência para a cidade de Passo Fundo e, então, o grupo passou a ser coordenado por uma de suas integrantes, Taís Katiulsea da Rosa. Nesse momento, o grupo passa a chamar-se “Grupo de Dança Afro Adayê”. Tais dirigiu o grupo de dança por 19 anos, ou seja, de 1992 a 2012. Atualmente, ela está morando e estudando na cidade de Ijuí. Para ela, por meio do grupo, os seus membros tiveram a oportunidade de se integrar com outros ambientes sociais e educacionais. O corpo era a ferramenta por meio da qual o grupo de dança mostrava a cultura afro.

Por volta de 1988, aconteceu, no clube José do Patrocínio, o primeiro encontro da consciência negra, já citado anteriormente. Esse evento teve um número significativo de participantes, uma vez que vieram pessoas de clubes negros de quase todo o Rio Grande do Sul. Tal evento foi organizado pelo grupo Novos Quilombos, que fazia parte do movimento negro e também havia sido criado pela sócia Maria da Graça Silveira dos Santos.

No ano de 2010, o Instituto Federal Farroupilha (IFF), por meio do campus Júlio de Castilhos, firmou parceria com a Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio com o intuito de realizar palestras com temáticas relacionadas às questões raciais.

Sobre a parceria do Instituto Federal com o clube, conversei com o professor Aristeu Castilhos da Rocha, sócio e frequentador do clube José do Patrocínio, atualmente professor do Instituto Federal Farroupilha de Júlio de Castilhos. Ele foi um dos sócios que sempre esteve envolvido com a discussão das questões raciais dentro do clube. Aristeu fora convidado por

---

<sup>3</sup>No ano de 1988, foi criado o Esporte Clube Centenário, em homenagem aos 100 anos da Abolição. Tratava-se de um time de futebol formado por membros do clube. Segundo Lea Mattias, sócia e frequentadora do clube, os jovens e veteranos que participavam do time frequentavam eventos em clubes negros de outras cidades do estado. Nesses eventos, aconteciam os jogos pela parte da manhã; em seguida, o anfitrião oferecia almoço e, logo após, havia festa dançante ao som de samba e pagode.

EnioGrigio, professor do Instituto Federal Farroupilha, para realizar atividades envolvendo o instituto e o clube. Assim relata Aristeu:

“Quando eu fui lecionar na UNICRUZ, em Cruz Alta, a partir de 2000, a gente já fazia umas relações de parceria da UNICRUZ com o clube e, muitas vezes, a gente fez atividades com parceria, alguém do Patrocínio ia trabalhar ou participar das atividades lá e vinha um professor ou dois da UNICRUZ também participar das atividades da semana da consciência negra no clube. Teve um ano que acho... que foi 2009, 2008 ou 2010, eu não lembro agora no momento, que eu e a professora Maria Aparecida Camargo, que é professora de Artes da UNICRUZ, fizemos uma mesa, dividimos a fala para o público na semana da consciência negra e, em seguida começou.. em 2008, começaram as atividades do IFF aqui em Júlio de Castilhos, e o professor Fábio organizou o NEABI e, depois, ele foi para o IFF de Restinga e veio o professor Enio. E o professor EnioGrigio já me convidou pra nós fazer atividades em parceria do clube com o IFF, eu colaborando com o Patrocínio e pela UNICRUZ, e o professor Enio pelo IFF. Nós fizemos uma noite memorável, uma mesa com as diretoras negras, uma roda de conversa com as diretoras negras de Júlio de Castilhos, com quatro diretoras. Esta noite foi histórica na semana da consciência negra, porque nós conseguimos reunir professoras, negras, mulheres, né. São todos esses quesitos fortes contra uma sociedade branca racista né, então nós conseguimos a diretora da maior escola estadual, uma escola municipal urbana, uma escola municipal rural e uma irmã, freira religiosa das irmãs de Notredame, na mesa. Foi uma noite memorável e eu e o professor Enio fomos os coordenadores da mesa. A partir daí, nós selamos a parceria do clube com o IFF e eu ainda não estava no IFF” (Aristeu Carvalho da Rocha, professor do Instituto Federal Farroupilha, sócio do clube José do Patrocínio).

O professor Aristeu Castilhos da Rocha trabalhou na rede estadual de ensino, no município de Júlio de Castilhos e também na Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Nesses locais, já realizava atividades em parceria com o clube. No início da parceria do Instituto Federal Farroupilha com o clube José do Patrocínio, as atividades eram voltadas para discutir a posição do negro na sociedade. Dentre algumas atividades, foram convidadas diretoras negras para uma roda de conversa. Dessa forma, essas atividades tinham caráter de valorização dessas mulheres e da negritude. A existência dessa parceria demonstra a importância das temáticas raciais e do clube no âmbito educacional.

O Instituto Federal Farroupilha, campus Júlio de Castilhos, por meio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), promoveu, no ano de 2010, o curso nomeado de “Educação, Cultura Africana e Afro-brasileira numa perspectiva curricular”, objetivando abordar a presença da cultura negra no Brasil e a importância dessa temática na educação. É importante frisar que o curso foi financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação.

### **NEABI promove curso.**

No dia 13 de outubro, no anfiteatro do Instituto Federal Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos teve início o curso “Educação cultura africana e afro-brasileira numa perspectiva curricular”, que tem como objetivo discutir a presença da cultura negra na sociedade brasileira e a importância de trabalhar esta temática em sala de aula. O curso é financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação, por meio do Programa Uniafro e promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal Farroupilha. A abertura do curso teve a presença do Prefeito Municipal de Júlio de Castilhos João Vestena, da Assessora de Ações Inclusivas, Tânia Hansel, do Coordenador de Ensino e de Assistência Estudantil Gustavo Lotici, da Secretária Municipal de Educação e Cultura de Júlio de Castilhos, Jussara CanfieldFinamor, diretores, servidores e acadêmicos do campus Júlio de Castilhos e professores da rede municipal e estadual. Um exemplo das constantes lutas dos negros foi apresentada no espetáculo “Retalhos da nossa História ” apresentado pela prof. de dança Taís Katiulsea e Luis Felipe das Chagas que faz parte **do projeto cultural Addayê** (PIBEX-Unicruz/Casa de Cultura Francisco Salles) e que tem como proposta valorizar a cultura afro-brasileira. O Prof. Dr. Aristeu Castilhos da Rocha, na palestra de abertura, fez uma retrospectiva histórica da presença negra no Brasil e a necessidade da aplicação da lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. O curso continua no dia 21 de outubro com as seguintes oficinas: Manifestações culturais africanas e Tambores pensantes, **na Sociedade Cultural e Recreativa José do Patrocínio**; e Com o lúdico aprendemos a cultura africana, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Fonte: [www.jc.iffarroupilha.edu.br/site](http://www.jc.iffarroupilha.edu.br/site). Publicado: 18/10/2010.

Constava, na programação do curso, uma oficina de dança idealizada pela professora Taís Katiulsea do grupo de dança Adayê, do clube José do Patrocínio. Tais esteve, durante muito tempo, envolvida não só com o grupo de dança dentro do clube, mas também levando-o a participar de vários eventos fora dele. Ao observar essa parceria entre o clube e o Instituto Federal, noto a visibilidade que o clube adquire na sociedade castilhense, principalmente para a área educacional, visto que a lei 10639/03 tornou o ensino sobre a história e a cultura afro-brasileiras obrigatório no ensino médio brasileiro. As instituições de ensino passaram, então, a buscar meios e recursos que tornassem acessíveis para os professores o conhecimento ou o aprimoramento desses conhecimentos, os quais devem ser abordados em sala de aula.

Para os negros do clube José do Patrocínio, isso passa a dar visibilidade ao clube. Discutir a presença negra no Brasil é fazer com que os negros do clube José do Patrocínio se reportem ao seu passado e às suas trajetórias individuais e coletivas. Se vejam, atualmente, com maior notoriedade perante a sociedade. Quando os negros participam dessas atividades, como foi o caso da professora de dança Taís Katiulsea, elas conferem reconhecimento às suas trajetórias e ao clube onde elas eram desenvolvidas.

Buscando informações sobre o curso desse período, encontrei o seguinte registro:

“Na tarde de quinta-feira, 21, aconteceu a primeira etapa das oficinas do curso “Educação, Cultura Africana e Afro-brasileira numa Perspectiva Curricular”, no campus Júlio de Castilhos, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). A professora de dança Taís KatiulseaSilva da Rosa ministrou a oficina “Manifestações Culturais Africanas” demonstrando as inúmeras contribuições dos negros na sociedade brasileira, passando pela música, dança, religiosidade, culinária, etc. O professor Eduardo Pacheco na oficina “Tambores Pensantes” fez uma reflexão sobre a arte e a música africana e afro-brasileira proporcionando uma interação direta com os instrumentos musicais. Essas duas oficinas ocorreram na Sociedade Cultural e Recreativa José do Patrocínio, fundada por negros em 1913. A oficina “Com o lúdico aprendemos a cultura africana”, foi desenvolvida pela professora Lair Tereza Vidal da Silva. Ela fez uma viagem pela cultura africana e afro-brasileira, destacando aspectos das lendas, da religiosidade, da literatura, das vestimentas, das histórias e brincadeiras. A boneca “Abayomi”, que se tornou um símbolo de conscientização e socialização, foi confeccionada pelos participantes. Fonte: [www.jc.iffarroupilha.edu.br/site](http://www.jc.iffarroupilha.edu.br/site). Publicado em 25/10/2010.

Ao ler o registro feito sobre o curso, percebo que o seu foco era dar visibilidade à temática da “Cultura Africana e Afro-brasileira” na rede escolar municipal e estadual. O trabalho desenvolvido, no curso, sobre as temáticas raciais, era aberto a toda população castilhense, no entanto, o público, em sua grande maioria, esteve composto por professores da rede estadual e municipal, entre os quais existem alguns professores negros.

Ao observar as temáticas, percebo que o objetivo do curso é fazer com que os professores adquiram o conhecimento sobre a cultura africana e afro-brasileira, para melhor trabalharem esses assuntos na sala de aula e que percebam a importância da valorização dos negros, das contribuições africanas para a sociedade brasileira e, até mesmo, do próprio clube José do Patrocínio.

No ano seguinte, o curso recebeu a mesma denominação tendo um acréscimo no número de participantes.

**NEABI realizou encerramento do Curso: "Cultura Africana e Afro-brasileira numa perspectiva curricular"**



Na foto Seu José Cassiano Marques Mello, sócio atuante da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, participando de curso promovido pelo Núcleo de Estudos Afro- Brasileiros no Instituto Federal Farroupilha.

No último dia 13 de maio aconteceu o encerramento do Curso: "Cultura Africana e Afro-brasileira numa perspectiva curricular", promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI. O evento iniciou às 19 horas, com a apresentação de **"O Segredo das Águas" do Grupo ADDAYÊ**, no saguão da Instituição. Logo após, no anfiteatro houve a mesa de debates "Reflexões sobre a abolição da escravatura no Brasil" com a participação dos professores Fábio Marçal do IF do Rio Grande do Sul; Alexander da Silva Machado, do IF Farroupilha - Campus São Borja; EnioGriggio, do IF Farroupilha- Campus Júlio de Castilhos; e um dos fundadores do Movimento Negro de Júlio de Castilhos, Senhor Cassiano Mello. Logo após, foi servido um coquetel junto ao refeitório do Campus, onde os concluintes puderam desfrutar de um momento de integração. O evento contou ainda com a presença do Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Adilson José Hansel, da Assessora de Ações Inclusivas, Tânia DubouHansel e da Secretária Municipal de Administração, NilvaVarini Moro, representando o Prefeito Municipal, João Vestena. **Fonte:** [www.jc.iffarroupilha.edu.br/site](http://www.jc.iffarroupilha.edu.br/site). Liana Gomes-Gabinete da Direção Geral. Publicado em 16/05/2011.

Ao ler o registro do ano de 2011, noto que não apenas as atividades do Instituto Federal são trazidas para dentro do clube, mas também seus sócios e frequentadores são

levados àquele local para contribuir com seus relatos sobre experiências e vivências que tiveram dentro e fora do clube. Isso comprova uma grande integração e valorização dos negros, pois os sócios e participantes do clube têm a oportunidade de contar as suas trajetórias para os alunos e docentes do Instituto. Isso confere reconhecimento e distinção para os negros do clube José do Patrocínio. O senhor José Cassiano, que se destacou no passado por sua escolaridade, concluiu o curso de contador e hoje participa de atividades do Instituto Federal Farroupilha relatando suas vivências no movimento negro, para docentes e discentes, para brancos e negros. Isso lhe confere prestígio social, valorizando a sua trajetória, assim como a de outros negros do clube.

No ano de 2012, o curso teve como temática “As interfaces das Culturas Afro-brasileiras e Indígenas e suas implicações nas práticas pedagógicas”, tendo 90 vagas.

### **NEABI promove encontro com os alunos dos cursos Integrados**



Na foto professor Dr. Aristeu Castilhos da Rocha.

No dia 11 de maio de 2012 o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do Instituto Federal Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos promoveu um encontro com os alunos de todas as turmas dos cursos Integrados: Agropecuária e Informática. As atividades ocorreram no Anfiteatro nos turnos manhã e tarde e teve



como reflexão "A escravidão e suas influências na sociedade contemporânea" que foi dinamizada pelos professores Aristeu Castilhos da Rocha e Enio Grigio.  
**Fonte:** [www.jc.iffarroupilha.edu.br/site](http://www.jc.iffarroupilha.edu.br/site). Sílvia Montagner. Publicado em 16/05/2012.

A temática sobre a escravidão e suas influências na sociedade contemporânea abre a possibilidade de discussão também sobre o clube, visto que este representa o negro castilhense. Essa temática demonstra a contribuição dos negros para a sociedade castilhense.

No ano de 2013, o curso abordou a “identidade cultural, inclusão e etnicidade na educação: saberes e fazeres”.

### **Curso de Extensão: "Identidade Cultural, Inclusão e Etnicidade na Educação: Saberes e Fazeres".**



Na foto, à esquerda, Iracema Machado, presidente da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio.

Na data de 18 de junho a partir das 19h, tendo como local a SRC. José do Patrocínio teve início o curso de Extensão: "Identidade Cultural, Inclusão e Etnicidade na Educação: Saberes e Fazeres" promovido pelo NEABI / NAPNE, SRC. José do Patrocínio e Casa da Cultura Francisco Salles. Participaram do evento aproximadamente 200 professores em processo de formação inicial e continuada. Após a cerimônia de abertura ocorreu um momento artístico-cultural com a apresentação do Grupo Afro Adayê, sob a orientação da Prof. Taís K.S. da Rosa. A seguir, ocorreu o Minicurso: "Educação Inclusiva na Prática Escolar: Primeiras Palavras" dinamizado pelos professores Ênio Grigio e Lucinara Bastiani Corrêa. Os docentes do IFFarroupilha / JC realizaram uma contextualização histórica das temáticas que serão abordadas durante o curso, além de apresentarem as finalidades



do NEABI e NAPNE no âmbito do Câmpus, bem como as iniciativas de inserção deste Núcleos nas atividades sócio-históricas, educativas e culturais efetivas na comunidade local e regional. A próxima atividade acontecerá dia 26 do corrente ano no mesmo horário e local. **Fonte:** [www.jc.iffarroupilha.edu.br/site](http://www.jc.iffarroupilha.edu.br/site). Silvia Montagner. Publicado em 21/06/2013.

No ano de 2014, ocorreu a “IV Jornada de Educação e Cultura Afro-brasileira e Indígena” e o “II Curso de Educação Inclusiva e Diversidade”, tendo 250 inscritos. No ano de 2015, o curso foi denominado “V Jornada de Educação e Cultura Afro-brasileira e Indígena” e “III Curso de Educação Inclusiva e Diversidade”.

Atualmente, a coordenação do curso é realizada pelo professor Aristeu Castilhos da Rocha, que também coordena o Neabi, e pela professora especialista Lucinara Bastiani Corrêa, ambos docentes do Instituto Federal Farroupilha, campus Júlio de Castilhos. É importante destacar a trajetória individual do professor Dr. Aristeu Castilhos da Rocha, negro, de 61 anos. Suas vivências corroboram para seu envolvimento com as atividades do clube. Aristeu é participante do clube José do Patrocínio desde a infância, quando seu pai lhe levava para assistir os ensaios da escola de samba.

Aristeu foi também frequentador do clube Francisco Rosa, que, antes de ter sua sede própria, era chamado de Escola de Samba União. Segundo o professor, é deste que ele tem a imagem mais longínqua de escola de samba. Desde criança, fora apaixonado por carnaval e era sempre levado pelo pai para assistir. Para Aristeu, era um momento histórico quando as duas escolas de samba, ou seja, a do clube Francisco Rosa e a do clube José do Patrocínio, se encontravam. Ele começou a frequentar o clube José do Patrocínio por laços de amizade que tinha com outros frequentadores. Segundo Aristeu, as regras do clube eram muito rígidas: menores de 14 anos não podiam participar. “*Os bailes eram lotados, música ao vivo, quatro noites de adultos e duas tardes de criança*”. Em relação aos bailes sociais, o professor diz ter frequentado mais o baile do chopp, pois os bailes sociais eram mais rigorosos em relação à vestimenta. Ele participava do movimento negro e da semana de consciência negra no clube.

Para Aristeu, a existência do clube é fundamental “*como espaço de resistência, como espaço de memória, cultura, saberes e vivências, como espaço que abrigou a comunidade negra, que foi sempre relegada a um segundo plano*”.

Aristeu diz sentir falta da presença mais intensa dos negros dentro do clube, no entanto, ressalta que muitas pessoas que não o frequentavam no passado, hoje o frequentam. Destaca que, de acordo com sua vivência e do que conhece sobre a história do clube, considera o José

do Patrocínio o clube mais democrático, pois sempre esteve aberto a todos. Para Aristeu, a comunidade negra sempre recebeu muito bem seus visitantes, e o clube é importante para a preservação do carnaval castilhense, pois é o único que ainda realiza bailes de carnaval. O professor vê o clube como espaço de resistência, e o carnaval como uma das bases para manter o clube ativo, já que este tem tido um número pequeno de frequentadores.

Os cursos do Instituto Federal Farroupilha, organizados pelo professor Aristeu, têm aumentado o número de participantes desde o seu início, no ano de 2010. No ano de 2015, as temáticas abordadas no curso foram relacionadas às questões indígenas, afro-brasileiras e de educação inclusiva. As professoras palestrantes que abriram o curso foram Carina Avinio, do campus Júlio de Castilhos, Eleneri de Fátima CazzarotoMousquer, do campus Júlio de Castilhos, e Juliana MezzomoCantarelli, do campus de Santo Augusto. No mesmo dia, o odontólogo Manuel Abino Torres, morador do município, abordou a temática indígena com a palestra intitulada “O idioma guarani como referencial histórico, geográfico, etnográfico, antropológico e linguístico: sua importância para a América pré e pós-colombiana e seu exemplo de sobrevivência para o mundo”. No dia 20 de agosto, a professora doutora Andrea Tonini da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) abordou as dificuldades de aprendizagem específicas no contexto educacional e, no mesmo dia, o professor AntoirBrancher, do Instituto Federal Farroupilha, abordou as altas habilidades, em uma palestra denominada “Superdotação: desafios da atuação dos professores”. No mesmo dia, também ocorreu a palestra intitulada “Caminhos que se completam: o entrelaçamento entre o AEE e o ensino comum”, com a professora especialista Eliane Quincozes Porto, do Colégio Cristovão Pereira, 39<sup>a</sup>CRE/Santiago. Já no dia 21 de agosto, ocorreu a palestra “A adaptação curricular ao estudante cego: experiências do NAPNE”, com a professora Tania Hansel do IFF de São Vicente do Sul. No dia 24 de agosto, a palestra foi “Dos Indianismos à Literatura e Cultura Indígena”, com o professor Mestre Rudião Rafael Wisniewski, do IFF de Panambi.

No dia 25 de agosto, ocorreu a palestra intitulada “Ecologia: e eu com isso? reflexões ecossistêmicas”, com os seguintes professores do Instituto Federal Farroupilha -campus Júlio de Castilhos: doutora Maria Catharina Lima Pozzebon, Paulo Ricardo Machado Weisbach e Rodrigo Konig. O penúltimo dia de curso foi dedicado à temática sobre o negro no Rio Grande do Sul (RS), com a palestra intitulada “A presença negra no Rio Grande do Sul: aspectos históricos e sociais”, ministrada pelo professor mestre Alexander da Silva Machado do Instituto Federal de São Borja. No último dia, foi ministrada a oficina “Bonecos e bonecas

africanas”, para as professoras da rede estadual e municipal de ensino. À noite, ocorreu um momento artístico com a apresentação do grupo de capoeira da cidade de Tupanciretã.

Ao observar os programas e públicos dos cursos do Instituto Federal Farroupilha em parceria com o clube José do Patrocínio, percebi a sua expansão e, também, a inserção de novas temáticas abordadas, o que fez com que, no ano de 2015, somente um dia tenha sido dedicado à temática “cultura africana e afro-brasileira”. Também as temáticas indígenas e as questões sobre as necessidades especiais foram abordadas, devido a sua necessidade de serem trabalhada nas escolas.

Durante o curso de 2015 realizado no clube, o professor coordenador do curso, Aristeu Castilhos da Rocha, estava na recepção aguardando os inscritos com entusiasmo e alegria, juntamente com as alunas do Instituto Federal Farroupilha de Júlio de Castilhos. Na fila de inscritos, em sua maioria, estavam professores da rede estadual e municipal de ensino, entre os quais avistei alguns professores negros. A presidente do clube, dona Iracema Machado, e outras mulheres negras da diretoria estavam envolvidas com as questões domésticas, como limpeza e organização de cadeiras.

Ao conversar com a acadêmica do curso de Ciências Biológicas e uma das colaboradoras do curso, Silvia Siqueira, ela contou que o coordenador do curso investiu dinheiro do seu próprio bolso, quando necessário, para o curso, já que as verbas governamentais nem sempre eram suficientes. Percebo um envolvimento não só profissional, mas também pessoal, do professor Aristeu com o clube. Para ele, o clube José do Patrocínio é:

um espaço que abrigou sempre a comunidade negra, que sempre foi relegada a um segundo plano. Eu acho que estou sentindo atualmente falta dessa comunidade mais presente no clube, não sei se é decorre da vida cotidiana, as questões financeiras, também tem o lado religioso. Estou sentindo muita falta de muita gente. Esses dias um rapaz me disse que não foi mais desde que diminuíram as quatro noites de carnaval, me chamou muito a atenção essa colocação. Quando era quatro, ele organizava bloco, agora ele não tem vontade de organizar porque não tem sido quatro noites. O que me chama muito a atenção, nos últimos tempos, é a não presença, tão intensa, não é? Como sempre foi, em um espaço que é da comunidade negra, isso é uma coisa que tem me chamado muito a atenção e que tem que ser repensada... em compensação pessoas que não iam no clube estão indo... negros e não negros (Aristeu Castilhos da Rocha, professor, 61 anos).

No dia do curso em que a temática estava reservada para as questões raciais, o professor mestre Alexander da Silva Machado, do Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja, abordou a questão de a historiografia ter negado durante muito tempo a presença de escravos no Rio Grande do Sul, em especial na produção pastoril. Ressaltou que o Rio

Grande do Sul contou com o trabalho escravizado desde o início de sua ocupação pelos portugueses, no fim do século XVII, sendo que, em 1814, cerca de 39% da população da província era formada por escravos ou ex-escravos e que existem hoje mais de 130 comunidades quilombolas em território gaúcho, além de em torno de 62 clubes negros no estado.

O professor Alexander, ao abordar a questão da presença negra no Rio Grande do Sul, colocou em evidência a contribuição dos negros para a sociedade gaúcha. O associado José Cassiano havia questionado a falta de visibilidade dos negros na sociedade não só do passado como na do presente. O senhor José Cassiano falou sobre suas experiências individuais e sobre como os negros do clube José do Patrocínio poderiam se apropriar das temáticas desenvolvidas no curso. Penso que a forma como o professor Alexander abordou a temática da invisibilidade do negro na sociedade gaúcha causou uma reação positiva do público, pois estava de acordo com os relatos dos negros participantes do clube.

Segundo o professor Alexander, o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros em que as religiões de matriz africana possuem maior longevidade, maior número de terreiros e maior número de indivíduos que, em termos proporcionais, se declaram pertencentes a essas religiões. Os estudiosos e líderes religiosos indicam que existem, no estado, cerca de 30 mil terreiros. O professor também destacou alguns momentos históricos importantes, como a Guerra dos Farrapos<sup>4</sup>, a Batalha de Porongos<sup>5</sup> e a Guerra do Paraguai<sup>6</sup>.

As temáticas realizadas no curso direcionam-se para mostrar a presença negra em diferentes momentos históricos e a invisibilidade do negro na historiografia. O professor Alexander abordou também a questão do branqueamento e da democracia racial, colocando que as teorias racialistas exaltavam a pureza racial e pregavam a degeneração. E isso justificou a política de imigração e colonização<sup>7</sup>. Segundo ele, disseminou-se, assim, uma visão idealizada a respeito das relações entre senhores e escravos, entre negros e brancos, no

---

<sup>4</sup>Guerra dos Farrapos: também conhecida como Revolução Farroupilha, foi um conflito regional contrário ao governo imperial brasileiro e com caráter republicano.

<sup>5</sup>A Batalha de Porongos marca um massacre contra os lanceiros negros e foi o último confronto da Revolução Farroupilha.

<sup>6</sup>A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul, no século XIX. Teve a promessa de liberdade para os negros, que, para isso, lutavam em nome do seu senhor

<sup>7</sup>Segundo Seyferth (2007, p. 116), a popularização da noção de “raça histórica” entre os pensadores sociais brasileiros levou à concepção do branqueamento ou à possibilidade de clarear o povo por meio da seleção social baseada na diluição dos sangue negro e indígena e do aumento da imigração europeia.

Brasil. Para o professor Alexander, a luta antirracista no Brasil entrou em uma nova fase, está em outro patamar. Já não é preciso mostrar a todo o momento que existe discriminação racial, mas mantém-se o desafio de desenvolver e aprofundar novos estudos empíricos sobre o racismo. Segundo ele, aperfeiçoando a nossa compreensão a respeito da maneira como o racismo se manifesta, podemos contribuir para a elaboração de métodos para combatê-lo.

Ao conversar informalmente com uma das professoras participantes do curso, ela medisse que morava no município de Júlio de Castilhos há muito tempo e que não recordava do fato de negros serem proibidos de frequentar determinados espaços de sociabilidade. Ela disse também que já ouviu várias pessoas comentarem isso, mas questiona a veracidade da história. Ao escutá-la, percebi o quanto é difícil trabalhar as questões raciais em uma sociedade que nega a existência do racismo. Tal participante é branca, possui uma condição econômica bastante favorável, não costuma frequentar o clube José do Patrocínio em outros eventos, exceto nos cursos oferecidos pelo Instituto. Percebe-se na fala dessa participante do curso o quanto é conveniente para a sociedade racista a aceitação da desigualdade racial e a afirmação da convivência harmoniosa entre brancos e negros, reafirmando, assim, a ideia da tão propalada existência de uma democracia racial no Brasil (Schwarcz, 2010).

Percebo que essa invisibilidade existiu desde os tempos mais longínquos, quando a própria historiografia negava a presença do negro escravo no Rio Grande do Sul. Isso hoje se reflete na negação do racismo. A simplificação da questão racial, implica a ideia da não existência do racismo, e isso é recorrente na sociedade brasileira. Conforme explica Boaventura (1996) :

“A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações. A noção de invisibilidade, utilizada por vários autores para caracterizar a situação do negro, foi utilizada pela primeira vez na literatura funcional americana por Ellison (1990) para descrever o mecanismo de manifestação do racismo nos Estados Unidos, sobretudo na entrada dos ex-escravos e seus descendentes no mercado de trabalho assalariado e as relações sociais decorrentes de sua nova condição e status. Ellison procura demonstrar que o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega a sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade. Ou seja, não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente. É interessante observar que este mecanismo, posteriormente percebido também no Brasil, ocorre também em diferentes regiões e contextos, revelando-se como uma das principais formas de o racismo se manifestar”(BOAVENTURA. 1996, p. 41).

Para Boaventura (1996), a grande maioria das pesquisas sobre a contribuição dos negros no sul do Brasil aponta duas especificidades: a primeira é a de que a presença do negro

foi rara no período colonial; a segunda afirma a existência de relações mais democráticas e igualitárias. Apesar dessas concepções sobre o negro escravo no sul do Brasil não serem explícitas nessas pesquisas, elas provocam a construção de argumentos que irão produzir as representações sobre o negro na história e nos dias atuais. Percebo que essa invisibilidade existiu desde os tempos mais longínquos, quando a própria historiografia negava a forte e intensa presença do negro escravo no Rio Grande do Sul. E, nos dias atuais, isso pode ainda ser comprovado pela negação do racismo. Essa negação, que ainda persiste, tem sua base em tempos de outrora em que se negou a existência do escravismo no Rio Grande do Sul e hoje se reflete como negação do racismo.

Ainda sobre a invisibilidade do negro, Boaventura (1996) afirma:

“Como um dispositivo de negação do outro muitas vezes inconsciente, é produtor e reprodutor do racismo. A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais oficiais e nos textos científicos”(BOAVENTURA, 1996, p.41).

Ao conversar com alguns sócios do clube, eles consideram importante a realização desses cursos, pois contribuem para a valorização da negritude por parte da sociedade castilhense, embora muitos dos sócios não participem deles. Os cursos do Instituto Federal Farroupilha são considerados importantes para a valorização do clube. Ao conversar com os professores participantes do curso, eles comentavam que queriam se apropriar desses conhecimentos para levá-los para a sala de aula. No entanto, no decorrer das palestras, não havia questionamentos e discussões, os professores portavam-se mais como ouvintes.

Os negros do clube ainda buscam a visibilidade por parte do restante da sociedade e, para eles, é importante que essa parceria do instituto com o clube permaneça, pois o Instituto Federal Farroupilha é uma das instituições educacionais mais reconhecidas dentro do município de Júlio de Castilhos.

Os cursos oferecidos são resultado de um conjunto de interesses individuais e coletivos. Segundo o professor Aristeu Castilhos da Rocha:

“Pelo fato das políticas, quando foi criado o Instituto Farroupilha, o objetivo era, um dos objetivos era também fazer parceria com instituições locais e regionais, o próprio desenvolvimento da educação, desenvolvimento social, local e regional” (Aristeu Castilhos da Rocha, professor, 61anos).

Para Aristeu, os cursos do IFF promovem visibilidade ao clube e este enriquece o trabalho desenvolvido pelo instituto. A parceria do clube com o Instituto Federal Farroupilha faz pensar o clube enquanto um espaço também educacional, no qual saberes e vivências são compartilhados.

Ao conversar com sócios e frequentadores do clube José do Patrocínio, notei que eles se sentiam valorizados e reconhecidos com as atividades desenvolvidas pelo clube em parceria com o Instituto Federal Farroupilha. Entendo que um conjunto de interesses tornou viável a parceria entre o IFF e o clube, para o desenvolvimento dos cursos acima descritos. Dentre eles, podemos citar: o interesse de professores do IFF pela pesquisa e ações de extensão nas temáticas da cultura africana e afro-brasileira; o interesse do Ministério da Educação pelo desenvolvimento de políticas de combate à desigualdade racial; o interesse do clube José do Patrocínio em discutir tal temática e dar visibilidade aos negros em Júlio de Castilhos; o interesse das escolas da rede municipal e estadual de Júlio de Castilhos em proporcionar cursos de educação continuada sobre uma temática que se tornou conteúdo obrigatório nas escolas e que irá trazer maior qualificação para os professores.

Para o clube José do Patrocínio, o interesse do Instituto Federal Farroupilha por pesquisas relacionadas às relações raciais colabora para dar visibilidade ao clube e para fortalecer a luta pelo combate à desigualdade racial. Para os membros do clube, as temáticas raciais precisam ser cada vez mais debatidas, no entanto, poucos eram os negros participantes do clube que estavam presentes nas palestras. Alguns estavam pelo fato de serem professores ou funcionários da rede estadual e municipal, outros negros estavam vinculados mais às atividades domésticas do clube. Nas entrevistas, todos consideraram importante essa parceria e demonstraram o desejo de que essas temáticas sejam levadas ao conhecimento da sociedade castilhense.

Entre os negros sócios e frequentadores do clube que participaram dos cursos, encontravam-se: a diretora negra de escola, Ana Carbone, sócia do clube, e a sua filha Martina Carbone, que foi rainha do carnaval; a secretária de escola Luiza Mello, que trabalhou durante muito tempo no clube auxiliando nas vendas de ingresso para as boates, dentre outras atividades; o funcionário de escola Luiz Antonio Rosa, que, atualmente, é um dos oradores do clube; o sócio atuante no clube José Cassiano Marques Mello; a sócia atuante e neta de um dos fundadores do clube Lea Sampaio Mattias; a atual presidente do clube Iracema Machado; a sócia atuante Zeli Aguiar e sua filha Tamires Aguiar, que debutou e

participou de vários grupos de dança do clube; e Aristeu Castilhos da Rocha, o principal organizador do evento.

As trajetórias dos membros do clube sempre estiveram voltadas para as questões raciais, principalmente entre os sócios acima de 50 anos, que participaram do movimento negro e das atividades da semana da consciência negra, em que ocorriam apresentações artísticas do grupo de dança afro. Também eram realizadas palestras do Instituto Federal Farroupilha na semana da consciência negra.

Os negros do clube José do Patrocínio que participam dos cursos oferecidos pelo IFF foram atuantes na semana da consciência negra e se vincularam ao movimento negro. Eles poderiam ser vistos como intelectuais orgânicos, nos moldes que Gramsci (1978) os concebe. Para Gramsci (1978), no mundo moderno, a categoria de intelectuais se ampliou. Eles nem sempre foram criados pelas suas necessidades de produção, mas por necessidade políticas. É esse caráter político de valorização dos negros e de combate às desigualdades raciais que se revela na atuação política dos negros do clube José do Patrocínio. Eles atuam no campo social e político, ao colaborar para o reconhecimento e visibilidade dos negros do clube e da cidade de Júlio de Castilhos. Ao colaborarem para a criação de um espaço de sociabilidade para os negros da cidade, ao valorizarem a cultura afro-brasileira, ao discutirem os temas da desigualdade e do preconceito racial e ao proporem ações educativas de combate à desigualdade racial se tornam intelectuais orgânicos, desempenhando um papel de caráter político que confere reconhecimento ao seu grupo originário. Por meio de suas vivências e experiências, aliadas aos seus conhecimentos adquiridos no meio escolar e acadêmico, eles contribuem para um redirecionamento das ações e atividades do clube e, com isso, tentam trazer novos frequentadores para a instituição. Nas atividades realizadas pelo IFF em parceria com o clube, o saber popular é valorizado e a socialização do conhecimento resulta numa nova orientação e perspectiva de ação política do clube. As discussões realizadas durante o curso em parceria com o Instituto Federal Farroupilha sensibilizaram alguns professores que precisam abordar as temáticas raciais em sala de aula. Os relatos das vivências e experiências dos negros do clube e as discussões de cunho político e acadêmico possibilitaram a construção de um novo olhar sobre si mesmos e sobre o clube, visando também à manutenção e valorização do seu espaço, no caso, o clube.



### 3.4 O clube ontem e hoje: mudanças e permanências.

Por fim, pretendo, neste capítulo, abordar as mudanças e permanências nos eventos da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, ao longo do tempo. Nessas mudanças e permanências, encontro os sentidos que os negros participantes do clube atribuíam a ele no passado e no presente, pois, por trás de cada mudança e de cada permanência, existem simbologias consideradas relevantes pelos negros.

As mudanças ocorridas no clube são de caráter material e carregadas de valor simbólico. Os eventos do passado diferem dos eventos do presente. Por exemplo, podemos citar os bailes sociais no passado, em que o uso do traje completo e dos vestidos longos, bem como a presença dos diretores de salão, conferiam *status* aos negros frequentadores do clube e, ao mesmo tempo, eram um fator limitador do ingresso de muitos negros a ele, pois nem todos tinham condições de adquirir tais trajes. Portanto, apesar dos entrevistados perceberem o clube como um espaço social que sempre foi democrático, existia um fator limitador da participação de todos no clube. Com a exigência do uso do traje completo, os negros do clube mostravam à sociedade branca elitista o quanto também eram possuidores da “boa imagem”.

Segundo Costa (1991), no momento da criação do clube, um dos seus objetivos era o desejo de congregar os negros na mais ampla fraternidade. No entanto, ao realizar as entrevistas, percebi que, efetivamente, o desejo dos negros participantes do clube José do Patrocínio era não apenas reunir os negros, mas, antes disso, mostrar para a sociedade dominante que também eram dignos não só de ter um espaço de lazer como também de ter “bons hábitos e bons costumes”, fugindo dos estigmas atribuídos a eles por uma sociedade racista. Os próprios eventos organizados no clube assemelhavam-se aos eventos que ocorriam, naquele momento, no outro espaço de sociabilidade oferecido no município: o clube Felix da Cunha. Hoje tal exigência já não mais existe, as vestimentas deixaram de ser um fator limitador, no entanto, o número de frequentadores é menor.

A ausência da exigência do uso do traje não extinguiu a preocupação com a imagem, pois esta ainda se faz presente, principalmente entre as mulheres negras. Estas, hoje, ainda fogem dos estigmas e buscam a valorização, dizem que procuram, sempre que vão ao clube, estar bem vestidas, no sentido de usar uma roupa mais nova, mais apropriada a um espaço social de lazer, considerada mais elegante, pois, apesar de se sentirem em casa e ainda

possuírem um sentimento de familiaridade com o clube, também o consideram um espaço de distinção e valorização que representa os negros. Preocupam-se, assim, com a imagem que irão transmitir para os demais frequentadores, os quais procuram vestir-se de acordo com os eventos. Por exemplo, nas boates em que as músicas tocadas são de estilo *funk*, as meninas brancas costumam usar roupas consideradas de acordo com esse estilo musical, como *shorts* curtos e roupas que deixam a barriga à mostra, enquanto as meninas negras costumam usar vestidos na altura dos joelhos, franzidos e marcados na cintura.

Um das permanências que observo no clube é seu caráter familiar, e penso que este seja um dos elementos permanentes mais intensos dentro do clube, mesmo que muitos negros não estejam tão presentes na instituição. O sentimento de pertencimento, o sentir o clube como sua casa, ainda é presente na fala também das gerações mais novas.

No passado, as famílias costumavam ir ao clube com o objetivo não só de buscar um espaço de lazer, mas também de oportunizar o ingresso dos jovens e crianças nas atividades oferecidas pelo clube, como os grupos de dança, por exemplo. Essas famílias ainda permanecem presentes, preocupando-se em zelar pela imagem simbólica e material do clube, o consideram a sua própria casa. O fato de ter sido realizado um encontro de família, como descrito anteriormente, mostra o quanto o clube ainda mantém esse caráter familiar. A presença das mesmas famílias em diferentes gerações demonstra o caráter familiar do clube, assim como a constituição de novas famílias, por meio das relações estabelecidas dentro da instituição.

Os bailes sociais de outrora abriram espaço para as boates mais frequentes hoje. Os diretores de salão não mais existem e, em seu lugar, encontram-se seguranças responsáveis por manter a ordem para que não ocorram atos de violência ou discussão dentro do clube. Beijos e abraços já não são mais consideradas manifestações que deslustrem a sociedade. O clube, atualmente, não apresenta mais uma relação com os outros dois clubes abordados nesta pesquisa, visto que ambos estão inativos. É motivo de orgulho para os negros do clube o fato de o José do Patrocínio ser o único entre os três clubes que se mantém em funcionamento até hoje.

Ao abordar as mudanças e permanências do clube é preciso considerar as trajetórias individuais de seus frequentadores, uma vez que estas foram percebidas, na presente pesquisa, como fundamentais para a participação dos negros no clube e para a compreensão das relações estabelecidas neste. A trajetória do sócio Cassiano Marques Mello, por exemplo,

demonstra o quanto os negros viviam em um contexto social que os excluía. A sua formatura comprova que, mesmo em um momento em que o clube “branco” teve que aceitar a presença de negros, pois eram formandos, os colocaram em uma mesa separada da dos demais. A memória desse fato tornou-se marcante para o seu Cassiano, uma vez que este buscou, em suas ações dentro do clube, visibilidade, a qual, para ele, ainda precisa ser conquistada nos dias atuais. Como afirma Nogueira (1985), no Brasil, país em que prevalece o preconceito de marca, a escolaridade compensaria a desvantagem de cor. No caso de Cassiano, a escolaridade o levou a circular por espaços de brancos, contudo, o preconceito racial se manteve de forma sutil, em brincadeiras, como foi o caso de lhe entregarem a vassoura ao invés da caneta no escritório em que foi trabalhar. Mesmo formado, ele continuou, por algum tempo, exercendo atividades que não estavam de acordo com seu grau de instrução. Todos esses fatos contribuíram para que seu Cassiano atuasse de forma ainda mais ativa dentro do clube José do Patrocínio.

Os negros que, no passado, tornaram-se destacados pela escolaridade, em um período em que os negros dificilmente concluía o ensino fundamental, hoje têm suas trajetórias reconhecidas e compartilhadas em uma das maiores instituições de ensino do município, o Instituto Federal Farroupilha, que por meio de sua parceria com o clube, promove a manutenção do aspecto intelectual deste. Tal aspecto que, no passado, existia por meio da biblioteca, hoje se manifesta nesta parceria, que promove cursos com temáticas relacionadas às questões raciais. No entanto, assim como no passado, atualmente, os negros continuam lutando por visibilidade.

Em relação ao sentimento de familiaridade que os negros participantes do clube têm, percebi que, entre os sócios e frequentadores mais antigos, esse sentimento é mais forte e mais frequente, muito embora também esteja presente entre os jovens pertencentes às famílias de associados e frequentadores. A memória do passado aparece nas gerações mais novas por meio desse sentimento de pertencimento e familiaridade com o clube, que está ligado ao sentimento de identificação com a negritude, independentemente da pigmentação da pele.

Embora, para alguns, o clube tenha um caráter mais familiar e, para outros, seja mais importante o combate à discriminação racial, todos têm a memória transmitida de geração em geração. E, dentro do clube, ainda percebo uma tentativa de positivar os estigmas atribuídos aos negros historicamente. Evidencio isso por meio da observação do modo de se vestir das mulheres negras, que procuram ir ao clube mais bem vestidas. A imagem continua operando

como elemento diferenciador e conferidor de *status*. Os eventos do clube tornaram-se mais populares hoje e, assim, mais democráticos.

Ao realizar esta pesquisa, constatei que a criação do clube não ocorreu devido à memória do escravismo, uma vez que os entrevistados não o mencionaram diretamente em suas falas, mas posso dizer que as memórias das trajetórias individuais dos negros participantes do clube, suas vivências e experiências, foram, sim, fatores que contribuíram para sua manutenção. A escolha do nome do clube homenageando José do Patrocínio talvez seja uma memória do escravismo, pois José do Patrocínio foi um dos que lutou contra esse sistema. Embora essa seja, uma forma de homenagear um daqueles que lutou pela liberdade dos negros, esse não é o fator central da criação e da manutenção do clube. Na verdade não foi um motivo único que levou à criação e manutenção do clube, mas sim vários. Dentre eles, posso citar as trajetórias individuais marcadas, muitas vezes, pelo preconceito; a ausência de um espaço de sociabilidade que os negros pudessem frequentar com suas famílias; uma resposta a uma possível discriminação racial dentro do município. Como os negros não frequentavam o clube dos brancos, a criação do clube negro foi uma forma de mostrar para a sociedade dominante da época que também os negros eram portadores de bons hábitos e bons costumes.

Hoje, o clube José do Patrocínio já não promove com frequência atividades de integração entre os negros sócios do clube, as sociabilidades já não são tão efetivas, o que foi ratificado nas próprias entrevistas com sócios e frequentadores. Já não mais existe a centralidade para o lazer dos sócios, mas sim para a população jovem do município, nas boates, e para o aluguel do espaço do clube para outros eventos que não são relacionados à instituição. E isto não se deve somente ao fato de o clube não mais ofertar eventos direcionados para os sócios, ou melhor, não ofertar com frequência, mas ao fato de muitas pessoas terem mudado as suas prioridades, dando maior importância às suas atividades de trabalho e não de lazer.

É importante destacar que os negros buscaram visibilidade, um espaço de lazer, de entretenimento, mas seus anseios iam além disso. Por meio da busca por visibilidade, escolhiam aquilo que era relevante para eles no contexto em que se situavam naquele momento. Ao escolher os bailes, os trajes, as normas e as regras queriam mostrar para a sociedade que também tinham o “bom gosto” e “a boa imagem”.

O grupo de dança tradicionalista igualmente era uma forma de buscar visibilidade, já que o negro não foi reconhecido na imagem de gaúcho criada no Brasil. Ao analisar essas mudanças ocorridas dentro do clube e a diminuição da presença de muitos negros nele, percebo, por meio das falas dos entrevistados, que estes atribuem essa ausência às próprias mudanças ocorridas na sociedade como um todo e ao fato de, hoje, suas prioridades serem outras. Como diz a sócia e participante atuante do clube Zeli Aguiar, é o próprio corre-corre do dia a dia das pessoas, que estão envolvidas, na maioria das vezes, com suas atividades de trabalho, um motivador para que deixem de ir ao clube.

Segundo Costa (1991), no momento de sua fundação, um dos objetivos do clube era “congregar os negros na mais ampla fraternidade”, no entanto, ao realizar a pesquisa, percebi que o objetivo maior era não só criar um espaço de lazer para os negros, mas um espaço de distinção. Mais do que congregar-se, buscavam visibilidade e combate ao preconceito, fugindo dos estigmas atribuídos a eles pela sociedade dominante. Hoje, a forma disponível para combater o preconceito é a parceria com o Instituto Federal Farroupilha. Também foi uma forma de combate ao preconceito a formação do grupo de dança afro Adayê, que atuou de forma intensa no passado e, atualmente, está reativado com novos integrantes, mas com o mesmo objetivo de mostrar a cultura negra. A nova formação do grupo de dança afro é uma das ações que comprovam o quanto ainda existe a preocupação por parte das gerações mais novas de manter atividades que valorizem a cultura negra.

Ao ler as atas do clube, percebi que os registros ali realizados são aquilo que os negros consideravam importante que fosse preservado, ou seja, aquilo que, para eles, era relevante que ficasse na memória, pois, conforme Halbwachs (1990), as pessoas selecionam aquilo que querem guardar, a memória é seletiva. O sentido que o clube tinha para os participantes de outrora parece ser o da visibilidade e da diferenciação, já o sentido atual está mais voltado para o combate ao preconceito racial.

A representação dos negros do clube José do Patrocínio ocorria no passado através do *status* conferido pelo uso do traje, que também marcava a sua identificação, pois a identidade se manifesta por meio da diferença, e o uso do traje era um dos elementos distintivos dos negros do clube.

No clube, as mudanças ocorrem de acordo com os materiais culturais disponíveis e com as vivências e experiências dos seus participantes em diferentes épocas. Mesmo com a ocorrência de mudanças ao longo do tempo, o caráter distintivo do clube ainda existe, porém,

se manifesta de formas diferentes, como por meio da parceria com o IFF, com a preocupação das mulheres com a “boa imagem” e com a “boa aparência”, sobretudo, pela forma de vestir. Isso marca as relações étnico-raciais dentro do clube, ou seja, a distinção na forma de vestir-se das mulheres negras em relação às mulheres brancas é um elemento demarcador de pertencimento étnico-racial.

Ao realizar as entrevistas, percebi que a identidade negra não se define apenas pela pigmentação da pele dos entrevistados. Um exemplo disso é a sócia Anilei Melloque, mesmo não tendo uma pigmentação escura da pele, se identifica como negra, por considerar que ser negra é algo que vem dos antepassados e vai além da pigmentação da pele. Como bem disse Munanga (2003), a identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação, mas de um longo processo histórico.

A identidade dos negros se construiu a partir da ausência de um espaço social que pudessem frequentar e também pela busca por visibilidade. Essa busca fez com que selecionassem elementos que consideravam importantes para sua identificação, como o uso do traje, os bailes sociais, as regras do clube. Assim como bem disse Barth (2000), as fronteiras étnicas canalizam a vida social e acarretam uma forma de organização das relações sociais e comportamentais. Desse modo, no clube, os integrantes determinaram os comportamentos adequados para se frequentar aquele espaço social. Para Barth, as distinções implicam processos de exclusão e incorporação. Os negros do clube incorporaram os bailes sociais, os trajes e o bom comportamento moral como elementos que lhes conferiam distinção social e os diferenciavam de outros negros menos escolarizados e com menos capital econômico e cultural. Da mesma forma, os registros em atas são mais do que memórias guardadas, são também elementos que os negros consideravam importantes que ficassem registrados para identificá-los, para mostrar quem eram e o que consideravam importante.

Ao ouvir os relatos dos entrevistados em que descreviam experiências em que foram vítimas de racismo, que segundo Banton (1977, citado por Seyferth, 2007), é um tipo de doutrina que, em essência, afirma que a raça determinaria a cultura, posso dizer que o racismo interferiu na vida social do município de Júlio de Castilhos. Os negros do clube, ao experienciarem situações de racismo, tentaram, dentro do clube, positivar estigmas que eram atribuídos a eles.

## CONCLUSÃO

A fundação da Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio, em 14 de julho de 1913, ocorreu em um contexto social em que não havia um espaço de lazer para os negros reunirem-se com suas famílias. Dentro desse contexto, outros fatores contribuíram para que os negros buscassem não somente um espaço de lazer, mas de identificação e reconhecimento.

As trajetórias individuais dos negros do clube José do Patrocínio foram fator decisivo para a criação e manutenção do clube, visto que estes foram vítimas de preconceito racial dentro do município, não só por não poderem frequentar o clube branco existente na cidade, mas também por sofrerem racismo em diversas situações que marcaram suas histórias de vida. Os negros sócios e frequentadores do clube José do Patrocínio diferenciavam-se dos demais negros da cidade por sua escolarização e capital social e econômico. E isso era visto na exigência do uso do traje completo, o qual nem todos os negros da cidade tinham condições de adquirir. Tal exigência tornava-se, então, um fator limitador da entrada de muitos negros no clube, muito embora os entrevistados descrevam o clube como um espaço ao qual todos os negros tinham acesso e, por isso, o classificam como um espaço democrático.

Por meio do clube, os negros buscavam visibilidade e diferenciação dentro do município, e isso foi possível com alguns eventos organizados pelo clube. Dentre tais eventos, os bailes de gala eram os que caracterizavam o clube no passado. Suas regras, normas e exigências distinguiam os negros do clube dos demais. O uso do traje completo conferia *status*, assim como o bom comportamento moral e o portar-se adequadamente revelavam o caráter familiar do clube, mostrando o quanto este se preocupava com a “boa imagem”. Além de um espaço de sociabilidade negra, o clube era um espaço de distinção e reconhecimento e, dessa forma, contribuía para positivar estigmas atribuídos à população negra.

O rigor com que era exigido o cumprimento das regras e normas do clube para os bailes de gala, era representado pela presença do diretor de salão, que tinha a função de supervisionar os comportamentos e atos que não estivessem de acordo com o portar-se adequado. Ou seja, existiam regras não só para entrar no clube, como também para permanecer nele. Também nos bailes de carnaval, existia a preocupação com a imagem, embora os entrevistados tenham relatado que, nesses eventos, as exigências em relação às vestimentas não eram tão rígidas, pois se usavam fantasias carnavalescas confeccionadas com

um bom tecido e um bom corte. Elas eram padronizadas conforme cada bloco carnavalesco, o que ficou visível nas fotos dos sócios e frequentadores entregues a mim. Algumas delas foram registradas aqui neste trabalho, como as das páginas 66 e 67. Os tipos de fantasia demonstram a preocupação com a imagem também nesses eventos.

O clube, em muitos dos seus eventos do passado, assemelhava-se aos clubes brancos e, dessa forma, pretendia mostrar para a sociedade que seus frequentadores também eram portadores de bons hábitos e da boa aparência. Por meio dos bailes, o clube parecia apresentar-se à sociedade de Júlio de Castilhos.

Por trás das exigências da forma de vestir e de se comportar, estava o desejo de distinção, de reconhecimento e de visibilidade que os negros queriam obter na sociedade castilhense. Como consequência, os negros que frequentavam o clube sentiam-se numa posição privilegiada, por estarem ocupando determinados espaços e cargos.

O bom comportamento moral e a boa conduta, como regras a serem cumpridas e exigidas para se frequentar o clube, demonstravam o seu caráter familiar. Tal caráter permanece até hoje na presença de filhos e netos de associados que zelam pelo clube como se fosse a sua própria casa.

O fim dos bailes de gala não ocorreu de forma imediata, mas, sim, paulatinamente, quando o clube passou a organizar as boates e o público destas também se interessou pelos bailes. Na medida em que o clube começou a ter interesse por um número maior de frequentadores nos bailes, passou a adotar o uso do traje alto esporte. A partir de então, começa a existir uma flexibilidade em relação às regras e às normas do clube, que já não são tão rígidas quanto antes.

A criação do grupo tradicionalista foi marcada pela tentativa de buscar visibilidade e inserção efetiva nos espaços de sociabilidade do município, no entanto, ela não atingiu o resultado desejado, pois, mais uma vez, seus participantes foram vítimas do preconceito racial.

Durante a década de 1980, o clube redirecionou algumas das suas atividades para a valorização da cultura afro-brasileira e para as discussões sobre as relações étnico-raciais. Isso é evidenciado com a criação do grupo de dança afro Adaye, assim como com a criação do grupo Novos Quilombos, vinculado ao movimento negro, e com as atividades realizadas na semana da consciência negra. Hoje, a parceria do clube com o Instituto Federal Farroupilha mostra o quanto as temáticas relacionadas às questões raciais estão presentes dentro do clube. A preocupação com o desenvolvimento de atividades de cunho educacional e cultural vistas



desde a fundação do clube permanece e se amplia por meio da parceria do clube com o IFF. Essas novas discussões e atividades do clube demonstram certo redirecionamento da sua atuação enquanto um espaço de lazer para um espaço preocupado com os aspectos políticos, culturais e educacionais. Em meio a essas novas preocupações, permanecem os desejos de reconhecimento, valorização e diferenciação da população negra de Júlio de Castilhos. E o clube mantém e amplia esse papel que assumiu desde a sua fundação.

Hoje, a preocupação maior dos membros do clube é com a sua manutenção, pois, embora as gerações mais novas ainda estejam participando dele e o sentimento de pertencimento ainda exista, a frequência nas atividades do clube não é tão intensa como no passado.

Ao concluir este estudo, considero importante realizar alguns apontamentos, principalmente respondendo ao problema da pesquisa. Concluo que o clube José do Patrocínio, definido aqui como um espaço de sociabilidade negra, tem sentido para seus fundadores e frequentadores, à medida que ele conferiu visibilidade, reconhecimento e diferenciação aos negros de Júlio de Castilhos.

O clube José do Patrocínio é um espaço em que as memórias individuais foram determinantes dos eventos realizados, pois neles os membros do clube elegeram o que era importante para a construção da sua imagem, ou seja, para a imagem que queriam transmitir para o restante da sociedade castilhense.

As relações étnico-raciais dentro do clube são marcadas ainda nos dias atuais pela distinção na forma de vestir-se das mulheres negras. As mulheres negras procuram mostrar “uma boa imagem”. Algumas alisam o cabelo, atenuando uma das marcas do seu fenótipo negro, enquanto outras usam seus cabelos crespos volumosos soltos, acentuando o seu fenótipo negro. No entanto, todas procuram vestir-se com roupas que não sejam justas e curtas, o que poderia fazer com que fossem consideradas vulgares. O cuidado com a aparência se faz presente e é notável. Em uma sociedade em que existe o preconceito racial de marca, as negras do clube buscam fugir de estigmas negativos atribuídos a elas. Buscam a distinção pela boa aparência. Percebi que tanto as negras que alisam o cabelo quanto aquelas que usam o cabelo crespo têm preocupação com a boa aparência como uma forma de distinção.

As relações étnico-raciais também foram observadas durante a realização dos cursos do Instituto Federal Farroupilha em parceria com o clube, em que negros e brancos se encontraram compartilhando saberes. Pude constatar diferentes visões de negros e

brancos relacionadas às questões raciais, que conferem maior sentido ao clube na atualidade. Também pude perceber como a memória se processa de formas diferentes entre os participantes do curso, pois, para alguns professores brancos, não existia memória de exclusão dos negros, o que mostra a negação do racismo em ambientes de sociabilidade entre negros e brancos. No entanto, o próprio clube onde foi realizado os cursos é um espaço criado pela exclusão dos negros na sociedade castilhense.

O caráter familiar e o sentimento de pertencimento ao clube também são características que fundamentam o sentido deste para as gerações mais novas, as quais cultivam esse valor, à medida que dão importância aos relatos de seus pais e avó, e também às vivências que tiveram dentro do clube. Por fim, espero que este trabalho tenha contribuído para entender os sentidos que os negros atribuíram ao clube ao longo da sua trajetória e que, a partir deste estudo, possam surgir outros interesses de pesquisa sobre esse espaço tão rico de vivências.

## REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. **O guru, o iniciadore outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BAKOS, MaragarethMarchiori; Bernd, Zilá. **O negro: consciência e trabalho**. 2 edição. São Paulo: Cia da Letras,1999. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas. SP. Papirus,1996.

BOAVENTURA LEITE, Ilka. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: BOAVENTURA LEITE, Ilka (org.). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Ilha de Santa Catarina, SC: Letras Contemporâneas, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever**. Revista antropológica, São Paulo. 2000.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico da política cultural**. 2ª ed. São Paulo: FAPESP/ILUMINURAS,1999.

COSTA. Firmino. **Terra de Vila Rica**. Publicação do Centro Cultural Francisco Salles.1991.

ESCOBAR, GianeVargas.**Clubes Sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial**.Santa Maria, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: ZaharEditores, 1978.

GIACOMINI, Sonia Maria. **A alma da festa. Família,etnicidade e projetos num clube socialda Zona do norte do Rio de Janeiro:o Renascença Clube**. Belo Horizonte:UFMG, Rio de Janeiro, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

HALBWACHS. Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice,1990.

KAISER, Jakzan. **Negros: o racismo no tradicionalismo gaúcho**. In: Boaventura Leite, Ilka (org.).Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade. Ilha de Santa Catarina. SC, Letras Contemporâneas,1996.

BRUM, CeresKaram. “**Vestida de prenda:**” sobre as significações da pedagogiatradicionalista das pilchas. Educação. Revista do Centro de Educação, vol.34, núm.1, janeiro-abril, 2009, pp.147-163.Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil.

KUNH, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.  
MAESTRI, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e agênese do escravismo gaúcho**. Caxias do Sul: Editora EST/UCS,1979.

MAGNANI,J.G. A etnografia como prática e experiência. *Revista Horizontes Antropológicos*. Vol.15.n.32. Porto Alegre, 2009.

MATIAS, Léa Sampaio. **Sociedade Cultural Recreativa José do Patrocínio**. Cruz Alta, 2006.

MUNANGA, Kabelenge. **Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil**. In: Diversidade na educação: reflexos e experiências. Ministério da Educação. Brasília, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem:. **Tanto preto quanto branco**. São Paulo: TA Queiroz, 1985.

ORO, Ari. Religiões afro-brasileiras: religiões multiétnicas. In: FONSECA, Claudia (org.) **Cadernos de Antropologia. Fronteiras da cultura**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS,1993.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. “Censo e demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros”. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo (orgs.) **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2ª edição. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*. Vol. 20, n°42. Porto Alegre, 2014.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade**. Salvador: Edufba, Pallas, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo. Anna Blume, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M. Gilberto Freire: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em “Novo mundo nos trópicos”. **Mal-estar na cultura**, abril-nov de 2010. Porto Alegre, Pós-graduação em Filosofia – IFCH/UFRGS.

SEYFERTH, Giralda. A noção de raça no Brasil: ambiguidades e preconceitos classificatórios.In: Zanini, Maria Catarina (org.) **Porque raça? Breves reflexões sobre a questão racial, no cinema e na Antropologia**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. 280p.

WEBER, Lucinéia Inês. **Museu Treze de Maio: espaço de memória e identidade negra em Santa Maria/RS**. Santa Maria, 2014.

---